

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IBS e CBS devem ter alíquotas somadas entre 25,45% e 27% 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita nega dedução do Difal-ICMS do Imposto de Renda 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os horizontes para a conformidade tributária - OPINIÃO JURÍDICA 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vai ter de rever meta fiscal de 2024, diz relator da lei orçamentária 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer descontar da meta R\$ 5 bi do PAC 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão aprova aumento do salário mínimo e reajuste da tabela do IRPF 15

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Novo capítulo de incentivo a montadoras faz renascer debate sobre benefícios ao setor
..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Uma necessária resolução moralizadora. (Editorial) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Parecer muda margem do consignado para servidor 21

O POPULAR - GO - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Dez anos da Lei Anticorrupção (Artigo) 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PAC 3 e regra fiscal, apostas contra o investimento público estagnado 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
POLÍTICA

Planalto quer verba de emenda para turbinar Novo PAC 25

O GLOBO ONLINE - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA

Congresso pressiona Planalto e articula 'drible' em Haddad para aumentar mais uma vez o
fundão eleitoral
..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deficit aumenta 30% enquanto Congresso não vota o novo arcabouço fiscal - NAS
ENTRELINHAS

.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alíquota do IVA pode ir até 27%.....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Risco de carga elevada é estimular contrabando.....	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reformas Trabalhista e Tributária na pauta do encontro nacional de sindicatos empresariais - CAPITAL S/A.....	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária terá alíquota de até 27%, calcula Fazenda.....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
PT diz que abre mão de taxar mais os milionários, não bilionários.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
LDO 2024 e subsídios tributários (Artigo).....	37
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Análise: deficit aumenta 30% enquanto Congresso não vota o arcabouço fiscal.....	39
O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Nova alíquota de imposto de consumo poderia ser bem mais baixa, se não houvesse tantas exceções.....	41
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária prevê mudanças no IPTU e pode impactar mercado imobiliário, alertam especialistas.....	42
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Atacadistas sonegam R\$ 55 milhões.....	44
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
BC ressalta cautela, mas confirma novos cortes.....	45
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Partidos articulam fundo eleitoral recorde.....	46
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo prevê salário mínimo de R\$ 1.421 em 2024, com alta real.....	48
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	

No voto, Minas não é Sul-Sudeste, mas um espelho de todo o Brasil.....	50
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Corte acima de 0,5 ponto é "pouco provável", afirma Copom.....	52
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Mais transparência no Copom (Editorial).....	53
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Apesar de recado da ata, mercado vê chance de redução maior na Selic.....	54

IBS e CBS devem ter alíquotas somadas entre 25,45% e 27%

Ponto de maior dúvida nos debates sobre a **reforma tributária**, as alíquotas-padrão da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a serem criados, deverão ficar entre 25,45% e 27% quando somados, segundo estimativas elaboradas pelo Ministério da Fazenda e entregues ontem ao relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Esse mesmo estudo mostra que os tratamentos tributários favorecidos aprovados pela Câmara dos Deputados acrescentaram de 4,72 a 4,98 pontos percentuais na alíquota-padrão.

Após reunir-se com Braga, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o estudo é o primeiro a descrever a **reforma tributária** em números. Outros poderão ser elaborados, acrescentou. Afirmou ainda que os "cenários estão muito bem desenhados" e apresentam estimativas "muito sólidas" de alíquotas.

Haddad disse que sua pasta atuará como "backstage" do Senado durante as discussões. Para conquistar os 60 a 65 votos necessários à aprovação é preciso "prestar contas do que estamos fazendo", comentou.

Ao lado do ministro, Braga afirmou que o estudo será a base para a discussão do custo-benefício das mudanças que serão propostas no Senado. "O Ministério da Fazenda entrega o estudo em prazo adequado", afirmou. Informou ainda que está mantida a previsão de concluir os trabalhos de análise da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em outubro.

As alíquotas apontadas no estudo não são exatas nem são definitivas, explicaram técnicos. Foram estimadas em diferentes cenários, sempre levando em conta que o nível de arrecadação será mantido após a reforma.

Assim, a soma das receitas da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo precisará ficar no mesmo nível observado nos cinco **tributos** que vão substituir: as contribuições PIS e Cofins, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS). O nível buscado equivale a 12,45% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

No entanto, o resultado da reforma será positivo, afirmou uma fonte. "Nós vamos para um lugar melhor", afirmou. No pior cenário, a alíquota-padrão para a

soma do IBS e da CBS seria de 27%. Ficaria menor do que o nível de tributação atual, que alcança os 34,4%.

"O Ministério da Fazenda entrega o estudo em prazo adequado"

Eduardo Braga

O técnico explicou que, embora a alíquota do ICMS seja de 18% na maior parte dos casos, essa alíquota é cobrada "por dentro". Ou seja, o tributo é recolhido sobre o preço do produto, inclusive os **impostos**. Se fosse calculado "por fora" (sobre o preço dos produtos sem **impostos**), como será o IBS, essa mesma alíquota seria de 24,2%.

O mesmo ocorre com o PIS/Cofins: a alíquota "por dentro" é de 9,25%, e a "por fora", de 10,2%. A soma dos **tributos** seria de 27,25% no cálculo "por dentro" e de 34,4% no cálculo "por fora".

O estudo traz duas alíquotas porque trabalha com dois cenários, que variam entre si por causa do chamado "hiato de conformidade". O termo descreve as perdas de receita decorrentes de sonegação, Elisão (utilização de "brechas" na lei para pagar menos), inadimplência e judicialização.

No cenário que chamaram de "factível", estimam o hiato em 10%. Esse é o nível observado na Hungria, onde a alíquota-padrão sobre o consumo é de 27%, a mais alta entre países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No cenário "conservador", o hiato é de 15%.

O quanto o hiato vai cair após a reforma é um dos pontos de incerteza que impedem um cálculo mais preciso da alíquota-padrão. Há convicção no Ministério da Fazenda que a redução das perdas virá, em função da simplificação do sistema e da redução de regimes especiais. É esperada também a diminuição de litígios. Hoje, há um estoque de R\$ 1,5 trilhão em discussão no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

O segundo ponto de incerteza é a arrecadação do Imposto Seletivo. Não está definido quais produtos e serviços pagarão esse novo tributo. O padrão internacional é cobrá-lo sobre o fumo e as bebidas alcoólicas, mas no caso do Brasil isso só será definido

numa lei a ser discutida após a aprovação da PEC 45. O estudo pressupõe cobrança apenas sobre fumo e bebida e que a tributação atual será mantida.

Uma terceira dúvida são os regimes específicos de tributação que serão aplicados a combustíveis, bancos e imóveis, entre outros. As simulações supõem que será mantida a arrecadação do modelo atual, mas o desempenho pode ser diferente.

Por fim, a alíquota do IVA mudará conforme as exceções que serão criadas à regra geral. Quanto mais produtos e serviços tiverem tratamento tributário favorecido com taxa menor, maior será a alíquota-padrão a ser aplicada de forma geral.

Se fosse mantida a proposta original dos técnicos, em que a tributação sobre o consumo não teria exceções a não ser o Simples e a Zona Franca, a alíquota-padrão ficaria entre 20,73% e 22,02%. A alíquota de 25,45% a 27% considera todas as exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados, que vão de escolas particulares a parques temáticos. O texto, no entanto, pode ser modificado no Senado.

Os técnicos calcularam o peso das exceções à regra geral. A mais cara é a alíquota reduzida de 50% para agropecuária e cesta básica, que adiciona de 1,67 a 1,79 ponto percentual na alíquota-padrão. Uma redução de 50% para serviços de saúde eleva a alíquota-padrão em 0,62 a 0,63 ponto percentual. No caso da educação privada, o aumento é de 0,32 ponto percentual nos dois cenários.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=1§ion=1)**

Receita nega dedução do Difal-ICMS do Imposto de Renda

Adriana Aguiar De São Paulo

A **Receita Federal** mudou de entendimento sobre o diferencial de alíquotas (Difal) do ICMS, o que afeta principalmente o comércio eletrônico. O órgão decidiu que empresas que destinam mercadorias, bens e serviços a consumidor final em outro Estado não podem deduzir esses valores do Imposto de Renda (IRPJ) - ainda que o destinatário não seja contribuinte do tributo estadual.

A determinação está na Solução de Consulta nº 140, editada recentemente pela Coordenação- Geral de Tributação (Cosit). O texto vincula toda a fiscalização e vai em sentido contrário ao entendimento firmado na Solução de Consulta Cosit nº 42, de 2021.

O Difal é usado para dividir a arrecadação do comércio eletrônico entre o Estado de origem da empresa e o do consumidor. Até 2021, essa cobrança vinha sendo realizada por meio de normas estaduais, com base na Emenda Constitucional nº 87, de 2015, que foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em janeiro do ano passado, foi editada a Lei Complementar nº 190, que tratou de regulamentar a exigência - mesmo assim a questão voltou às mãos dos ministros.

As empresas no regime do lucro presumido, principalmente as do comércio eletrônico, são as mais impactadas por esse novo entendimento da Receita. Ao enviar produtos para o consumidor final - em geral pessoas físicas não contribuintes do ICMS -, são obrigadas a pagar o diferencial aos Estados de destino. E, até então, deduziam esses valores do IRPJ.

A consulta à **Receita Federal** foi feita por uma empresa no lucro presumido, que é uma forma de tributação simplificada do IRPJ e CSLL. O contribuinte perguntou se poderia ser aplicado ao Difal o mesmo tratamento dado à substituição tributária do ICMS - nesse caso, o valor de todo o tributo da cadeia produtiva, adiantado pelo contribuinte, pode ser deduzido do Imposto de Renda.

Na resposta, a **Receita Federal** entendeu que não poderia ser dado o mesmo tratamento estabelecido para a substituição tributária e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que podem ser

excluídos da receita bruta, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 12 do Decreto- Lei nº 1.598, de 1977, que altera a legislação do Imposto de Renda.

Cita, para embasar esse entendimento, a Solução de Consulta Cosit nº 3, de, de 2019.

De acordo com a Receita, a alínea b do inciso VIII do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição (introduzida pela Emenda Constitucional 87, de 2015) determina que a responsabilidade pelo recolhimento do Difal do ICMS será atribuída ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto. E, nesse sentido, o termo responsabilidade "deve ser compreendido em seu significado comum, ou seja, o que a Constituição estabelece é que o remetente tem o dever de recolher o diferencial de alíquota, na qualidade de contribuinte".

Se fosse entendido, segundo a Receita, que o termo responsabilidade dissesse respeito à figura do remetente enquanto responsável tributário chegaria-se à conclusão inadequada de que o contribuinte do Difal do ICMS seria o destinatário não contribuinte desse imposto.

"Entretanto, ocorre que o diferencial de alíquota do ICMS, quando cobrado pelo remetente e pelo prestador de serviços na condição de contribuintes, como na hipótese da consulta sob exame, não se confunde com o ICMS Substituição Tributária, visto que estes não são meros depositários do tributo", afirma o órgão.

Para Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, essa mudança de entendimento "demonstra uma total incoerência da **Receita Federal**". Ele lembra que na Solução de Consulta Cosit nº 42, de 2021, o órgão entendeu que não configura receita bruta, nem se inclui na base de cálculo do IRPJ da vendedora de mercadorias tributada com base no regime do lucro presumido, o valor à ela reembolsado pelo comprador, relativo ao ICMS Difal "pago por liberalidade do vendedor, em razão de questões logísticas e comerciais".

O novo posicionamento, acrescenta o advogado, contraria não só a solução de consulta anterior, mas também entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da "tese do século" - sobre a exclusão

do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

"Nesse caso, os ministros entenderam que o ICMS não seria receita. Da mesma forma acontece com o Difal do ICMS", diz Bueno, acrescentando que esses valores pagos pelas empresas não podem ser considerados receita por serem pagamentos de tributo.

Carlos Eduardo Navarro, do escritório Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella, concorda.

"Ficou estabelecido desde a Emenda Constitucional nº 87, de 2015, que as empresas devem recolher o Difal quando o comprador não é contribuinte de ICMS. Mas a empresa está recolhendo apenas porque a própria fiscalização não gostaria de atribuir essa obrigação à pessoa física, porque seria muito difícil de fiscalizar", afirma.

Navarro entende que poderia ser dado ao Difal do ICMS o mesmo tratamento da substituição tributária e do IPI, que são **impostos** de entrada, pagos pela empresa somente para facilitar a arrecadação. De acordo com o advogado, esses valores não fazem parte da receita da empresa, são apenas recolhidos em nome do comprador.

"Valores do Difal do ICMS não fazem parte da receita da empresa" Carlos E. Navarro

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626>

Os horizontes para a conformidade tributária - OPINIÃO JURÍDICA

Bruna Luppi e Raphael Castro são, respectivamente, sócia e associado do Vieira Rezende Advogados

O substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.384/23 deixa claro o interesse do legislador em posicionar o tema da conformidade tributária na ordem do dia do Poder Legislativo, ao prever, dentre outras coisas, a obrigatoriedade de a Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** (RFB) disponibilizar métodos preventivos para a autorregularização de obrigações principais ou acessórias relativas a **tributos** por ela administrados.

Com a recente aprovação do PL pela Câmara dos Deputados, confirma-se a identificação de relevantes pontos positivos, bem como avanços em relação à redação original proposta pelo Poder Executivo. No entanto, ainda há pontos de preocupação.

Em relação aos prós, não se ignora a pertinente sinalização no sentido de prestigiar o modelo colaborativo entre o Fisco e o contribuinte. Ao menos na teoria, em oposição a uma visão meramente arrecadatória da **RFB**, iniciativas como essa são importantes para orientar o contribuinte de boa-fé que, muitas vezes, tem dificuldade em compreender a complexa **legislação tributária**, fortalecendo uma atuação de mais diálogo entre Fisco e contribuintes, com maior previsibilidade e potencial para aumentar a conformidade tributária e a segurança jurídica, além de reduzir a litigiosidade e, conseqüentemente, os altos custos e demais ônus daí decorrentes.

A nova redação do texto do PL aprovado na Câmara também tem avanços. Anteriormente, o projeto de lei se destinava, dentre outras coisas, a estabelecer a possibilidade de a **RFB** disponibilizar métodos preventivos para a autorregularização de obrigações tributárias e estabelecer programas de conformidade, com a previsão de classificar os contribuintes de acordo com o seu grau de conformação tributária e **aduaneira** a partir de parâmetros subjetivos, diante da possibilidade de a própria **RFB** definir outros critérios para além daqueles já indicados no PL.

A ausência de contornos claros poderia dar margem para divergências de interpretações entre a **RFB** e os contribuintes, implicando em novas controvérsias e, até mesmo, numa redução da adesão aos mecanismos. Esse cenário certamente frustraria um

dos propósitos do PL e, mais do que isso, da própria ordem internacional, que é justamente incentivar a atuação cooperativa para estimular um maior cumprimento voluntário das obrigações tributárias com ganhos de eficiência para o Estado e redução de ônus para os contribuintes.

Felizmente, esses pontos foram suprimidos no substitutivo aprovado pela Câmara ao afastar o procedimento de classificação de contribuintes e retirar a possibilidade de a **Receita Federal** estabelecer outros parâmetros, tornando exaustivo o rol do artigo 7º, na direção de reduzir o grau de subjetividade do texto.

De igual modo, se observou uma sutil, porém relevante, alteração nos critérios previstos para aplicação das medidas de incentivo à conformidade tributária.

Como se sabe, não é raro que os contribuintes tenham um histórico de litígios contra a Fazenda Nacional. Nesse contexto, seria preciso compreender, por exemplo, se **tributos** em discussão administrativa e/ou judicial, mas com exigibilidade suspensa por alguma das modalidades previstas no artigo 151 do Código Tributário Nacional ou mesmo garantia válida e regular, estariam aptos a permitir o enquadramento do contribuinte como "regular" no recolhimento dos **tributos**. Essa dúvida, a nosso ver, foi sanada com a alteração da expressão "regularidade no recolhimento" por "histórico de regularidade fiscal", visto que crédito tributário com exigibilidade suspensa ou mesmo com garantia válida e regular não impede a regularidade fiscal do contribuinte.

Apesar dos pontos positivos, a versão aprovada ainda carece de elementos mais concretos na definição dos critérios previstos no seu artigo 7º. A título exemplificativo, o texto atual não deixa claro se a regularidade fiscal abarcará ou não a regularidade perante os demais entes federativos, além da **RFB**.

Também não esclarece o período a ser considerado para avaliação do histórico de regularidade cadastral do sujeito passivo.

Esses são exemplos de pontos importantes que deveriam estar totalmente evidenciados, evitando, assim, divergências de interpretações entre os

contribuintes e a **RFB** quanto à abrangência dessa regularidade necessária e, como consequência, descompassos que daí possam advir.

De todo modo, os horizontes traçados para o avanço em relação a programas de conformidade e métodos preventivos para autorregularização de obrigações tributárias são positivos. Assim, é pertinente aos contribuintes avaliarem a oportunidade de participarem de futuros programas de conformidade tributária decorrentes desse projeto de lei, diante da possibilidade de usufruírem do prometido procedimento de orientação tributária e **aduaneira** prévia, de verem afastada aplicação de eventual penalidade administrativa, da concessão de prazo para recolhimento de **tributos** devidos sem aplicação de penalidades, da redução de multas de ofício e de mora, bem como se valerem de atendimento preferencial e prioridade na análise dos seus processos administrativos, inclusive em relação a pedidos de restituição ou ressarcimento.

Em relação às duas últimas vantagens mencionadas, vale antecipar a nossa preocupação quanto aos seus potenciais efeitos negativos às empresas não enquadradas nesses programas. Isso porque se um grupo de contribuintes terá preferência no agendamento de atendimento e na análise dos seus pedidos de restituição/ressarcimento, como efeito lógico, outro grupo poderá ter maior lentidão na obtenção de atendimento e prolação de decisões nos seus processos, o que reforça a pertinência de se examinar a adesão dos contribuintes aos referidos programas e pode até funcionar como mais um estímulo para tanto.

Bruna Luppi e Raphael Castro são, respectivamente, sócia e associado do Vieira Rezende Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626>

Governo vai ter de rever meta fiscal de 2024, diz relator da lei orçamentária

Idiana Tomazelli e Thiago Resende

Zerar o déficit fiscal já em 2024, como quer o ministro Fernando Haddad (Fazenda), será um desafio "muito grande" e o governo dificilmente escapará de propor uma mudança na meta fiscal, afirma o relator do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano que vem, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

"Inevitavelmente o governo vai ter de mexer na meta. Inevitavelmente. Tanto se for votado o [arcabouço fiscal] que saiu da Câmara quanto se for votado o que saiu do Senado. A não ser que o governo abra mão dos seus programas. Porque não tem de onde tirar tanto dinheiro", afirmou em entrevista à Folha, concedida em seu gabinete na tarde desta terça-feira (8).

O governo tem feito um esforço concentrado para encaminhar, com a proposta de Orçamento, um pacote de medidas para elevar a arrecadação em cerca de R\$ 130 bilhões e, assim, conseguir entregar a meta de déficit zero em 2024.

Diferentes economistas, porém, consideram o alvo muito ambicioso. Integrantes do Congresso Nacional, por sua vez, afirmam que dificilmente o Legislativo aprovará todas as medidas.

Forte disse que concorda com a leitura do mercado de que a meta é ambiciosa.

"A meta zero é um desafio muito grande para o ministro Haddad, apesar de compreender todo o esforço que ele está fazendo e, sem sombra de dúvida, é o ministro que melhor se relaciona com o Congresso hoje.

A dificuldade não é por culpa dele. A dificuldade é porque a economia ficou patinando", afirmou o deputado.

De acordo com ele, a meta de zerar o déficit em 2024 só será alcançada se a economia crescer -o que também impulsiona as receitas. Hoje, o governo prevê uma alta de 2,3% no **PIB** (Produto Interno Bruto) para 2024, mas o mercado tem estimativas mais conservadoras, de 1,3%, segundo o Boletim Focus, do Banco Central.

Para o deputado, seria mais prudente o governo diluir a perseguição do reequilíbrio fiscal em um período de dois a três anos.

"O prazo está muito curto. Ele [o governo] devia ter colocado um prazo mais dilatado, porque as condicionantes da economia local e internacional não favorecem neste momento", disse Forte.

Inevitavelmente o governo vai ter de mexer na meta. Inevitavelmente. Tanto se for votado o [arcabouço fiscal] que saiu da Câmara quanto se for votado o que saiu do Senado. A não ser que o governo abra mão dos seus programas. Porque não tem de onde tirar tanto dinheiro

Danilo Forte (União Brasil-CE), relator do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024

Apesar do diagnóstico, o relator do PLDO disse que ainda vai discutir o tema com o governo e observar a evolução da economia nos próximos meses, antes da votação das diretrizes pelo Congresso Nacional. A intenção não é fazer nenhuma alteração da meta sem conversar com a equipe econômica -a quem, segundo ele, cabe a iniciativa de alterar o alvo central da política fiscal no ano que vem.

Forte também alertou o governo para o risco de repetir as manobras que colocaram a política fiscal em descrédito em gestões passadas do PT, quando questionado sobre a proposta do Executivo de descontar R\$ 5 bilhões em despesas do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da meta fiscal de estatais federais (leia na pág. A14).

A manobra foi criticada por economistas, que veem uma brecha para o expediente ser usado para minimizar eventual frustração no cumprimento da meta do governo central (que inclui as contas de Tesouro Nacional, **INSS** e BC).

"Somos totalmente a favor dos programas sociais, acho o PAC importantíssimo para o Brasil. Agora, precisa ter a segurança fiscal para não cair de novo no problema das pedaladas. Essa é uma preocupação muito forte. Não podemos ter de novo um Orçamento irreal, um Orçamento feito a martelada para atender demandas que são inexequíveis no Orçamento que nós temos hoje", afirmou Forte.

"A história só se repete como tragédia. Eu não espero que queiram repetir a mesma história, como mesmo enredo. Ninguém morre duas vezes na mesma curva. Então eu acho que está na hora de o governo inclusive se atinar para isso. Acho que essa ansiedade de aumentar **impostos** e esse garroteamento que foi feito do ponto de vista da economia é que precisam ser desestruturados para poder o país voltar a crescer. Da forma que está atualmente, só uma mágica", acrescentou.

O relator disse ainda que, ao propor a exclusão dos R\$ 5 bilhões do Novo PAC da meta das estatais, o governo busca "gerar uma janela" para alocar mais recursos no ano que vem, mas ignora uma espécie de "conflito interno", em referência ao impasse das despesas condicionadas.

O governo tem uma brecha no texto do arcabouço fiscal para ampliar despesas em 2024 com base na aceleração da **inflação** nos últimos seis meses deste ano. A divergência é em que momento isso será incorporado ao Orçamento.

Na versão do arcabouço aprovada na Câmara, e que o relator defendeu retomar, o governo só teria acesso a esses gastos ao longo do exercício de 2024. Mas o Executivo quer manter a autorização incluída no Senado para prever as despesas desde já, condicionadas à aprovação de um crédito suplementar. O montante envolvido está entre R\$ 32 bilhões e R\$ 34 bilhões.

"Nós vamos condicionar uma receita que ninguém sabe de onde vem? Será que o Congresso vai permitir isso? Para quem quer Orçamento real e segurança jurídica e financeira, eu acho que o Congresso não vai abrir esse espaço da forma como o governo está achando que vai ser", disse Forte.

O relator do PLDO disse que, caso prevaleça o texto da Câmara para o arcabouço, sem as despesas condicionadas, a tendência é rejeitar também a mensagem modificativa enviada pelo governo federal. "Acho que não vai caber [a mensagem modificativa, porque a LDO vai ser em função do que vem do arcabouço]", disse.

Em sua avaliação, os parlamentares também vão querer ter uma "participação maior" na elaboração de políticas públicas, inclusive no novo PAC, e o envio de despesas condicionadas pode engessar a destinação das verbas, mantendo a vinculação com as prioridades do governo.

"Não sou contra a emenda parlamentar para o PAC. As bancadas poderiam destinar emendas, sim. Muitos

desses programas vão ter dificuldade de ter dinheiro. Se for de comum acordo, acho que é um caminho", disse.

"Agora, não posso tolher o espaço das emendas para atender a outra demanda."

O deputado também defendeu um calendário fixo para o pagamento de emendas, dando previsibilidade para a liberação dos recursos de interesse de parlamentares.

Há pedidos para que a LDO preveja que as emendas de comissão, que atingiram valores recordes no início do governo, também sejam impositivas, ou seja, que o Palácio do Planalto seja obrigado a executar.

"Vai ser discutido pelo Congresso e vamos ter, lógico, gente para defender isso. Então vamos ter que harmonizar", disse. Para o relator, quanto mais impositivo o Orçamento for, maior a previsibilidade dos gastos.

"Fortalecer o papel de protagonismo de cada um dos Poderes, ajuda inclusive na pauta legislativa, nas votações e cria um comprometimento inclusive do Parlamento, com o próprio controle e a fiscalização do Orçamento", afirmou.

Uma das propostas do deputado é que a LDO tenha um capítulo sobre a eficiência de gastos, como os de saúde, educação e assistência social.

Na discussão do Orçamento, Forte prevê pressão por aumento de alguns gastos, como reajuste para beneficiários do Bolsa Família, reajuste do salário mínimo e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. "Inevitavelmente essa cobrança vai vir. A população brasileira média empobreceu muito", disse.

Outra despesa trata de repasses para partidos políticos. A proposta do relator é ampliar a transparência das despesas do fundo partidário -a que as legendas têm direito todos os anos. Diante de denúncias de uso dessa verba para compra até de helicóptero, Forte quer que a LDO estabeleça maior controle do uso desses recursos.

"Tem partido no Brasil que virou uma empresa oligárquica. Dentro das regras, nós vamos manter, mas vamos dar mais transparência", disse.

Sobre o fundo eleitoral, que serve para financiar a campanha de 2024, o deputado afirmou que não se discutiu ainda o valor, apesar de ele defender a redução nesse gasto. Leia mais na pág. A14

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50363&maxTouch=0&anchor=6481342&pd=e827ffb280a5377d34ba29b483f67d0b>

Governo quer descontar da meta R\$ 5 bi do PAC

Idiana Tomazelli e Renato Machado

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs ao Congresso uma mudança legal para poder descontar da meta fiscal até R\$ 5 bilhões em despesas de estatais federais referentes ao novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A sugestão foi encaminhada por meio de uma mensagem modificativa -isto é, uma alteração feita pelo governo na proposta enviada anteriormente por ele mesmo- ao PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

O novo texto enviado diz que o valor poderá ser abatido da meta de déficit do Programa de Dispêndios Globais, que reúne as estatais federais que não dependem de recursos da União para cobrir despesas rotineiras (como pagamento de pessoal). O conceito abrange empresas como Banco do Brasil, BNDES, Caixa, Correios, Infraero e Emgepron.

A mudança ajuda o governo porque qualquer saldo melhor que o esperado no resultado as estatais pode compensar um resultado do governo central pior do que a meta, graças a outro trecho já presente no PLDO. A meta específica para o conjunto das estatais é de déficit de até R\$ 7,3 bilhões.

"Poderá haver, durante a execução [...], compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da **Seguridade Social** e para o Programa de Dispêndios Globais", diz o PLDO.

O projeto original já excluía do cálculo das estatais as despesas de empresas do grupo Petrobras e da ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional). Agora, abre-se a brecha para outras exceções.

Na prática, a medida reduz parcialmente as dificuldades do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de zerar o déficit primário no ano que vem.

O governo afirmou que a mudança foi feita pela necessidade de "flexibilidade na execução desses investimentos" e diante de "sua importância para o desenvolvimento econômico e social do país".

O novo PAC deve ser lançado por Lula na sexta (11).

A previsão é que reúna R\$ 60 bilhões em investimentos por ano.

A mensagem modificativa com as alterações é assinada pelo presidente Lula e pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e foi enviada na noite de segunda-feira (7) ao Legislativo. Seu conteúdo deve ser analisado pelo relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

A LDO é o documento que norteia a elaboração da proposta de Orçamento. A peça para 2024 será enviada até 31 de agosto.

Para cumprir a meta de zerar o déficit, o governo calcula precisar lançar mão de medidas para elevar a arrecadação em cerca de R\$ 130 bilhões no ano que vem. Economistas e membros do Congresso têm apontado as dificuldades para aprovar todo esse pacote.

O expediente de descontar despesas das metas de resultado primário já foi usado em gestões anteriores do PT, sob fortes críticas de especialistas, que viam no instrumento uma espécie de "contabilidade criativa" para alcançar resultados positivos nas contas.

Ainda no segundo mandato de Lula, a LDO de 2008 previa uma meta de superávit primário de 3,8% do **PIB** para o setor público consolidado (que inclui também estados e municípios), mas com possibilidade de abater da meta até R\$ 13,825 bilhões (em valores históricos) do então Projeto Piloto de Investimentos Públicos -embrião do PAC.

O que se pode dizer nesse caso é que é uma exceção de R\$ 5 bilhões. Agora, mais uma exceção? Daqui a pouco vem outro tema de R\$ 3 bilhões, R\$ 5 bilhões, R\$ 10 bilhões

Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro Nacional

Nos anos seguintes, o valor de desconto foi gradativamente ampliado. Na LDO de 2009, o governo tinha autorização para descontar até R\$ 28,5 bilhões do programa, já batizado de PAC na ocasião.

No governo Dilma Rousseff (PT), o expediente foi mantido seguindo a mesma lógica, até que uma mudança na LDO de 2014 aboliu o valor limite,

passando a permitir o abatimento de todas as despesas do PAC da meta fiscal.

Técnicos que acompanham de perto as contas públicas viram a mudança proposta pelo governo atual com espanto, uma vez que a chamada "contabilidade criativa" que ajudou a dilapidar a credibilidade fiscal do governo Dilma começou com manobras que desmoralizaram a meta de resultado primário.

Com base nesse histórico, o relator do novo arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), incluiu um dispositivo que proíbe a LDO de excluir "quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da **seguridade social**".

No Senado, o trecho passou a impedir descontos na meta do governo central (que inclui Tesouro Nacional, **INSS** e Banco Central). O texto não cita, porém, a meta das estatais federais -foco da mudança proposta pelo governo.

O economista Marcos Mendes, ex-chefe da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda e colunista da Folha, ressalta que a LDO já costuma ter um "vaso comunicante" que permite a compensação entre as metas do orçamento fiscal e da **seguridade social** (que reúne os gastos do governo) e o resultado das estatais.

"Se eles [o governo] estão com medo de não conseguir fazer o resultado do orçamento fiscal e da **seguridade social**, eles abrem um espaço maior no orçamento das estatais e aí compensam. Posso estar enganado, pode ter alguma necessidade técnica. Mas parece que abriram espaço para fazer R\$ 5 bilhões a mais de déficit."

Mendes critica o que ele vê como falta de disposição do governo de controlar a despesa e centrar esforços na elevação da arrecadação para zerar o déficit. "Uma vez que se começa a vislumbrar dificuldade para cumprir a meta que ele próprio estipulou, aí começam a surgir mecanismos criativos, e esse parece ser tipicamente um", afirma.

Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro Nacional e sócio-fundador da Oriz Partners, afirma que o arcabouço já tem diferentes exceções para as regras fiscais e que a mudança no PLDO se soma a elas.

"O que se pode dizer nesse caso é que é uma exceção de R\$ 5 bilhões. Agora, mais uma exceção? Daqui a pouco vem outro tema de R\$ 3 bilhões, R\$ 5 bilhões, R\$ 10 bilhões", diz. "O discurso [de comprometimento como controle da dívida] é um, mas a prática é outra", diz.

O novo PAC deve ser lançado na próxima sexta, mas o governo Lula já começou, na manhã desta terça (8), a apresentar suas diretrizes para a cúpula do Congresso e as principais lideranças parlamentares. Interlocutores afirmam que um dos objetivos é privilegiar o Legislativo, ao mesmo tempo que se busca acertar a votação do novo arcabouço fiscal ainda nesta semana.

O governo também incluiu na mensagem modificativa um artigo que busca evitar um corte nas despesas do PAC no momento do envio da proposta de Orçamento, em 31 de agosto.

O dispositivo autoriza o Ministério do Planejamento a incluir na peça orçamentária despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar no ano que vem, em valor equivalente ao efeito da **inflação** maior esperada até o fim deste ano. Estimativas apontam que o valor envolvido está entre R\$ 32 bilhões e R\$ 34 bilhões.

O impasse foi criado após a Câmara alterar o texto do arcabouço fiscal, aplicando um período diferente de **inflação** para corrigir o limite anual de despesas federais.

O governo planejava usar a **inflação** de janeiro a dezembro, estimada hoje em 4,85%, mas os parlamentares mudaram a proposta para 12 meses terminados em junho (3,16%). O percentual mais baixo deixa menos espaço para gastos.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50363&maxTouch=0&anchor=6481342&pd=e827ffb280a5377d34ba29b483f67d0b>

Comissão aprova aumento do salário mínimo e reajuste da tabela do IRPF

Comissão mista do Congresso aprovou nessa terça-feira (8) medida provisória (MP) que aumentou o salário mínimo para R\$ 1,32 mil desde 1º de maio com a inclusão de regra permanente de valorização do salário mínimo, ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para R\$ 2,64 mil mensais e tributação dos investimentos no exterior.

O texto seguiu para análise do plenário da Câmara, mas ainda é incerto se haverá apoio suficiente para aprovar as mudanças no imposto de renda. Em reunião durante o almoço, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), avisou os governistas de que concordava com a inclusão, desde que houvesse consenso. Ainda não há data para análise, mas é preciso que a MP seja aprovada por deputados e senadores até 28 de agosto para não caducar.

O relatório do deputado Merlong Solano (PT-PI) foi aprovado por unanimidade, em votação simbólica. Inicialmente, a MP apenas aumentava o valor do salário mínimo desde 1º de maio de 2023, para R\$ 1,32 mil. Entretanto, como antecipou o Valor na semana passada, o governo trabalhava para incorporar outros assuntos à medida provisória para agilizar a votação e evitar que a correção da tabela do imposto de renda perdesse a validade.

A política de valorização do salário mínimo que vigorou nos governos Lula (PT) e Dilma (PT) se tornaria permanente, segundo o parecer aprovado. Um novo governo que queira modificar a fórmula, para aumentar a correção ou diminuí-la, precisará submeter um novo projeto de lei ao Congresso. Para este ano, está mantido o valor de R\$ 1,32 mil.

Para os próximos o piso salarial seria corrigido pela **inflação** do ano anterior somada ao percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. O reajuste seria feito em janeiro de cada ano, por decreto do Executivo, sem precisar da aprovação de uma nova lei todo ano.

Na comissão, nenhum partido manifestou-se contrário à proposta, mas a política de valorização do salário mínimo foi criticada por parte dos empresários e especialistas em contas públicas pelo impacto nos gastos governamentais, como a **Previdência Social**, e por aumentar as despesas das empresas sem estar atrelada a ganhos de produtividade.

Durante o governo Bolsonaro (PL), o salário mínimo só teve ganho real uma vez, em 2022, ano em que ele disputou a reeleição.

O parecer incluiu até o ponto mais controverso da MP do imposto de renda: a tributação dos rendimentos recebidos no exterior por meio de aplicações financeiras, entidades controladas e "trusts" (fundos de gestão de patrimônio) a partir de 1º de janeiro de 2024. O governo federal prevê arrecadar R\$ 3,6 bilhões por ano com esta medida.

A regra sugerida é que rendimentos de pessoas físicas no exterior paguem 15% de imposto de renda se os ganhos forem entre R\$ 6 mil e R\$ 50 mil anuais e 22,5% para lucros superiores a R\$ 50 mil por ano. Quem receber menos de R\$ 6 mil estará isento. Quem quiser antecipar o pagamento ainda neste ano terá um benefício tributário e pagará 10%.

A parte do imposto de renda não foi transposta exatamente como constava da MP original (que perderá a validade e não teve a comissão instalada por divergências entre a Câmara e Senado em torno da tramitação) e há 19 alterações. Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda e elaborador da proposta, disse que a intenção foi aprimorar a redação e fazer ajustes, principalmente na intenção de dar "mais segurança jurídica e focalizar a medida".

O novo texto traz alguns esclarecimentos e também fecha algumas brechas da MP original, segundo José Andrés, tributarista do Chediak Advogados. Uma das mudanças é a tributação das empresas controladas. Pela MP antiga, só seria tributada a offshore em que havia investimento.

Agora, também há previsão de tributação da controlada dela. "Antes era possível passar investimento para a controlada e não ser tributado", afirma. Também ficou claro que a pessoa física brasileira investidora em conta sem rendimento no exterior não terá a variação cambial tributada antes de realizar o lucro.

Uma das mudanças mais importantes no novo texto, de acordo com Loria, foi o aprimoramento no conceito de renda passiva, reduzindo de 80% para 60% o

patamar mínimo da renda ativa (operacional, exclui juros e dividendos, por exemplo) para estar fora da nova regra de tributação. Como o objetivo é alcançar a renda financeira de entidades offshore e não atividades operacionais, agora estão excluídos da regra bancos e empresas imobiliárias quando exercerem atividade operacional no exterior. Isso vai tornar as controladas menos tributáveis, disse a advogada Clarissa Machado, sócia do Trench Rossi Watanabe. "Tinha que ter muita renda ativa para não tributar, agora pode ter um pouco mais que a metade", afirma.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=1§ion=1)**

Novo capítulo de incentivo a montadoras faz renascer debate sobre benefícios ao setor

Marli Olmos

A política de incentivos fiscais para montadoras no Brasil sempre foi uma história mal-contada, sujeita a brechas e com ramificações difíceis de acompanhar. A proposta de prorrogar por cinco anos, a partir do fim de 2025, o programa que beneficia empresas no Nordeste e Centro-Oeste veio à tona com a **reforma tributária** e provocou a ira dos fabricantes instalados no Sul e Sudeste. Mais do que uma briga entre montadoras, a questão, que envolve renúncia fiscal de R\$ 5 bilhões ao ano, pode ser a chance de parlamentares e Executivo analisarem o quanto esses programas agregam aos planos de desenvolvimento regional no país.

A proposta de prorrogação de incentivos no Nordeste, a quarta da lei criada em 1997, entrou, inesperadamente, como destaque, na votação do texto da **reforma tributária** na Câmara. Não passou, por um voto. Ressurge, agora, no Senado. Os interessados buscam proteção para esse benefício no período de transição da reforma.

Embora a necessidade de buscar meios de facilitar a instalação de uma fábrica da chinesa BYD na Bahia esteja no radar do governo, a prorrogação dos incentivos atende principalmente a interesses da Stellantis, com fábrica em Pernambuco. E, em escala menor, à Caoa Chery, com unidade em Anápolis (GO), e ao grupo HPE (Mitsubishi e Suzuki), em Catalão (GO).

No caso da maior delas, a Stellantis, os incentivos fazem com que cada emprego criado em Pernambuco custe R\$ 34 mil por mês aos cofres públicos. A conta faz parte de um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que questiona o programa tanto sob o ponto de vista do impacto no desenvolvimento econômico regional e da efetiva criação de polos industriais como destaca, ainda, que a ausência de governança pública impede que o governo federal tenha um controle e acompanhamento mais efetivo do custo/benefício desses incentivos.

Conduzido pela Secex Desenvolvimento em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), entre 12 de abril e 29 de setembro de 2022, o trabalho teve o ministro Antonio Anastasia como relator e o acórdão assinado em 29 de março. O texto, de cem páginas,

destaca que o programa de incentivos "possui falhas profundas na formulação e de governança, além de ter produzido impactos limitados, com um alto custo de renúncia de receita por emprego gerado".

O relatório destaca, ainda, que o programa "não alcançou o objetivo de descentralizar a indústria automotiva". No caso da Stellantis, o TCU avalia "um impacto significativo na região imediata de Goiana-Timbaúba, mas não na região intermediária do Recife".

Por meio de nota, a Stellantis aponta o programa como um "mecanismo de desenvolvimento regional para compensar o gap logístico e competitivo, que ainda não foi equacionado". "Hoje, a operação instalada em uma região sem tradição industrial no setor continua sendo penalizada pela baixa formação da cadeia de fornecedores, e pela distância em relação aos maiores centros consumidores", completa a nota.

"Nossos estudos mostram que para cada real de incentivo, retornam outros R\$ 5 de arrecadação para o Estado e governo federal-com impacto social notável, conforme aponta o levantamento conduzido pela consultoria Ceplan a pedido da Fiepe", completa a Stellantis.

Sem consenso no setor, o assunto provocou um dos maiores rachas da história da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). No dia 26 de julho, três montadoras -General Motors, Toyota e Volkswagen estiveram com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo a agenda pública do ministro, foram tratados "assuntos relacionados ao setor automotivo na área de eletrificação e incentivos".

Além das bancadas de parlamentares, a discussão chegou aos governadores de Estados onde há fábricas das montadoras se que se sentem prejudicadas - Eduardo Leite (PSDB), no Rio Grande do Sul, Ratinho Júnior (PSD), no Paraná, e Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, que tem exposto sua posição em redes sociais.

Fontes contam que nas conversas com os políticos, a turma do Sul e Sudeste se queixa da concorrência dos produtos fabricados no Nordeste, que, segundo alguns, chegam a ter abatimentos de mais de R\$ 30

mil. Os representantes das empresas relatam aos parlamentares que os benefícios fiscais estaduais seriam suficientes para compensar o "gap logístico", que resulta da distância das fábricas dos maiores centros consumidores e polos de produção de autopeças.

O programa do Nordeste oferece crédito presumido do IPI devido por veículo produzido. O valor é usado no pagamento de contribuições à **seguridade social** (PIS e Cofins), mas já serviu também para outros **tributos** federais. Ao longo das prorrogações, as alíquotas de PIS/Cofins mudaram, alterando o tamanho do crédito. Em determinado período, um multiplicador tornou o incentivo maior.

Segundo fontes, as empresas que rejeitam a extensão do benefício não são contra incentivos para atrair uma nova montadora, como é o caso da BYD, pronta para se instalar na Bahia.

Há um debate em tomo da possibilidade de criar plano de incentivo para novas tecnologias. "Estamos na transição dos carros a combustão para veículos híbridos e elétricos. Isso envolve uma tremenda mudança de itens. É muita inovação. Por isso, precisamos de planejamento estratégico", diz Alexandre Baldy, consultor da BYD.

Em entrevista ao programa "Roda Viva", da "TV Cultura", na segunda-feira, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária**, disse que a questão dos incentivos "deve dar ênfase em novas tecnologias". Segundo ele, "exceções tributárias para implementar nova tecnologia é uma coisa; outra é promover incentivos de tecnologias já vencidas".

A chinesa GWM (Great Wall Motor), escolheu São Paulo para produzir veículos a partir de 2024. Comprou a fábrica que pertenceu à Mercedes-Benz em Iracemápolis (SP). Por isso, também está do lado dos que não querem a prorrogação dos incentivos no Nordeste. "Quem quiser investir em novas tecnologias pode usar os incentivos do programa Rota 2030, específicos para isso e que entrarão em nova fase", afirma Ricardo Bastos, diretor da GWM.

Ao divulgar os resultados do setor, o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, disse, na segunda-feira, que a entidade não se envolve nessas questões porque tem "outras prioridades". Por meio da assessoria, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio informou que vai aguardar a decisão do Congresso para se manifestar a respeito do tema.

O assunto fez parte de entrevistas recentes que executivos dos dois lados da discussão concederam ao Valor. Para o presidente da GM na América do Sul,

Santiago Chamorro, a postergação dos benefícios "criou a falta de isonomia". "O esforço de reindustrialização no país é sempre bem-vindo. Mas o que temos são condições não assimétricas", destacou.

Já o presidente da Stellantis na América do Sul, Antonio Filosa, lembrou o esforço do grupo para levar fornecedores próximos à fábrica em Pernambuco. "Começamos com sete, serão 50 neste ano, mas precisamos chegar a cem em cinco anos", disse. Ele apontou, ainda, dado da Ceplan que registrou queda da evasão escolar na região de Goiana: "Quando crianças que ficavam na rua e hoje estão na escola veem um primo mais velho com emprego são estimuladas a continuar os estudos".

Tanto Chamorro como Filosa apontaram o risco em relação a investimentos futuros. "Limita bastante a casa matriz perceber falta de isonomia", disse Chamorro. "Somos altos investidores. Mas acreditamos na descentralização regional", destacou Filosa.

Toda essa discussão tem mais uma peça importante: os sindicatos de metalúrgicos. Entre eles, o reduto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Não somos contra políticas de incentivos. Mas a disputa tem que ser igual. A alegria de um lado não pode ser a lágrima do outro", afirma Moisés Selerges, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

*

DERROTA GERA MAIS POLÊMICA PARA TEMA

A quarta tentativa de prorrogação dos incentivos fiscais para o setor automotivo no Nordeste surgiu há um mês, na forma de um artigo incluído de última hora no texto da **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados.

A proposta de extensão desses benefícios até 2032 recebeu 307 votos favoráveis, um a menos que o necessário. Não ficou claro se o deputado federal Otto Alencar (PSD-BA) votou "errado", como seu pai, o senador Otto Alencar, chegou a dizer à imprensa baiana ou de forma consciente como ele próprio divulgou, posteriormente, por meio de nota.

Seja como for, a derrota, em placar apertado, serviu, como diz um executivo da indústria, para "colocar uma luz" a um assunto que poderia ter passado despercebido. Adicionou polêmica em torno do tema, que será, agora, retomado no Senado.

A história dos incentivos para a indústria automotiva no Nordeste começou em 1997, dois anos depois da criação do regime automotivo, programa que ofereceu

vantagens tributárias a montadoras e fabricantes de autopeças que investissem no país.

O regime automotivo era um programa federal, mas a intensa guerra fiscal que se seguiu entre Estados chamou a atenção da bancada parlamentar do Nordeste, que trabalhou por um programa regime diferenciado para a região.

No início, apenas três empresas se inscreveram - no Ceará, a Trol-ler, fabricante de veículos "off-road". Em Pernambuco, a Baterias Moura e TCA, fabricante de cabos para sistemas elétricos de carros.

Inscrita no regime automotivo nacional, de 1995, a Ford havia planejado construir uma fábrica no Rio Grande do Sul. Mas, ao assumir em 1999 o governo gaúcho, Olívio Dutra (PT) cancelou vantagens oferecidas pelo antecessor, Antônio Britto (então filiado ao PMDB). A Ford decidiu, então, erguer sua fábrica na Bahia.

Para se habilitar ao programa do Nordeste a Ford comprou a Troller, no Ceará. E foi assim que construiu a fábrica em Camaçari, que foi fechada em 2021. É esse o empreendimento que a chinesa BYD agora tenta comprar.

A segunda fase do programa do Nordeste incluiu a região Centro-Oeste, beneficiando o grupo brasileiro CAO A e a HPE, fabricante da Mitsubishi. O Centro-Oeste mantém hoje um nível de incentivos menor do que o do Nordeste e as empresas ali instaladas não comentam o assunto.

A Lei 9.826/99 previa os incentivos no Nordeste até 2010. O prazo foi estendido a té 2 015, depois a té 2020 e, por fim, até 2025.

As prorrogações abriram brecha para a chegada da Fiat ao Nordeste. Para poder "herdar" os benefícios, a marca italiana-que posteriormente se juntou à Chrysler e em 2022 passou a fazer parte da Stellantis-comprou a TCA, em Jaboatão dos Guararapes (PE). A empresa ainda faz parte do grupo.

Em 2016, como Fiat Chrysler, a empresa inaugurou o polo de Goiana (PE). A última prorrogação, em 2018, foi assinada pelo então presidente Michel Temer durante uma visita à fábrica pernambucana.

*

Prorrogações abriram brecha para a chegada da Fiat ao Nordeste

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Novo capítulo de incentivo a montadoras faz renascer debate sobre benefícios ao setor

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=2§ion=2>

Uma necessária resolução moralizadora. (Editorial)

Aministra Rosa Weber, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), levará ao plenário do CNJ nos próximos dias uma alvissareira proposta de resolução que visa a regulamentar com mais rigor a participação de magistrados em eventos patrocinados por entidades privadas.

Desde 2013, essa disciplina já existe, mas é branda, entre outras razões, por operar em uma zona cinzenta.

Esses eventos com a presença de magistrados têm sido corriqueiramente tratados como colóquios acadêmicos, de modo que os juízes se sentem legal e moralmente autorizados a participar. Na prática, porém, muitos se confundem com festins entre lobistas e **servidores públicos**, onde abundam conflitos de interesse.

Nesse sentido, o CNJ fará muito bem ao País tanto ao aprovar, com desassombro, a proposta de resolução, antecipada pelo portal Metrôpoles, como ao detalhar o que caracteriza um evento genuinamente acadêmico e o que não passa de convescote bancado por entidades privadas que têm muitos interesses em jogo circulando pelos gabinetes da magistratura em todas as instâncias do Poder Judiciário, sobretudo nas Cortes Superiores.

O fato de a mais alta autoridade judiciária do País estar pessoalmente engajada na aprovação dessa resolução expõe a dimensão da fissura que esses eventos patrocinados por entidades privadas provocam na aura de imparcialidade que está na essência da atividade judicante. Nunca é demais lembrar que a um magistrado não basta ser imparcial, de resto um atributo comezinho do ofício; é mandatório parecer imparcial, ou a própria ideia de justiça e a confiança dos jurisdicionados na solução mediada de conflitos, dois pilares das sociedades civilizadas, não serão devidamente assimiladas por todos os cidadãos.

A iniciativa da ministra Rosa Weber de regulamentar com mais apuro a participação de juízes em eventos privados coroa sua trajetória na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ às vésperas da aposentadoria compulsória. A medida vem na esteira de outras, de igual teor disciplinador, encampadas pela ministra, o que demonstra uma inabalável disposição de enfrentar, com coragem e espírito republicano, questões espinhosas no âmbito

do Poder Judiciário que, exatamente por isso, há muito permaneciam intocadas - seja porque mexiam em temas sensíveis para a sociedade, seja porque tocavam na vaidade e na percepção de poder que parecem mover alguns de seus pares.

Com a tenacidade que lhe é característica, no entanto, a ministra Rosa Weber conseguiu avanços extremamente importantes no sentido de aproximar o Poder Judiciário de uma atuação mais coadunada com o que determina a Constituição. À primeira vista, pode parecer algo elementar, mas decerto não foi fácil para a presidente do STF e do CNJ vencer as resistências que se interpuseram entre ela e seus objetivos.

Um dos legados da ministra, por exemplo, é o resgate da vocação colegiada do Supremo Tribunal Federal pela imposição de limites às decisões monocráticas. Uma reforma regimental, aprovada durante sua gestão, passou a obrigar que decisões liminares dos ministros sobre questões urgentes sejam rapidamente submetidas ao colegiado, via plenário virtual. Outra mudança alvissareira foi a definição do prazo de até 90 dias para a devolução de pedidos de vista. Antes, não havia prazo algum, e qualquer ministro poderia pedir vista e relegar um processo ao esquecimento pelas mais variadas razões.

A resolução para moralizar a presença dos juízes em eventos patrocinados, caso seja aprovada, como este jornal espera que seja, é particularmente bem-vinda no momento em que a confiança dos cidadãos nas instituições republicanas, em particular no STF, tem sido abalada tanto pelos ataques dirigidos pelos inimigos da democracia como, é forçoso registrar, pelos erros que os próprios magistrados cometem ao não se comportarem à altura de suas atribuições constitucionais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Parecer muda margem do consignado para servidor

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) propôs nessa terça-feira (8) aumentar a margem livre do crédito consignado dos **servidores públicos** de 35% para 45% dos salários. A mudança consta do parecer à medida provisória (MP) que reajustou em 9% o salário do funcionalismo público do governo federal e deve ser votada na quarta-feira por uma comissão do Congresso.

Hoje os servidores podem comprometer até 45% de seus salários com esses mecanismos, mas 5% são reservados exclusivamente para amortizar despesas ou sacar dinheiro com cartão de crédito e 5% são destinados exclusivamente para amortizar gastos com o cartão consignado de benefício. Para os empréstimos consignados, portanto, sobram 35% do salário.

Pela mudança proposta pela deputada, com apoio da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, o total de 45% poderia ser utilizado com empréstimo consignado. Adicionalmente, o trabalhador poderá optar por usar 5% para pagar quitar o cartão de crédito normal e 5% para quitar despesas do cartão de crédito de benefício consignado.

"Há servidores que nem viram o reajuste de 9% entrar na conta porque a redução da margem livre de crédito consignado fez com que todo o dinheiro fosse utilizado para pagar juros", disse a parlamentar.

A relatora rejeitou as emendas para contemplar categorias do funcionalismo público e disse que o assunto será tratado primeiro por mesas de negociação coletiva do governo federal com os servidores.

"Não tínhamos como acolher só parte das emendas, e se acolhêssemos todas havia risco de parte do plenário protestar e impedir a aprovação do reajuste de 9%", justificou. (RDC)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187626?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187626?page=1§ion=1)**

Dez anos da Lei Anticorrupção (Artigo)

Anna Bastos

Anna Bastos

Desde 1º de agosto de 2013, sem dúvida, o Brasil deu um importante passo com a criação da Lei nº 12.846/2013, que estabeleceu a responsabilização, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos danosos contra a administração pública. A lei foi regulamentada em 2015, pelo Decreto nº 8.420, já revogado pelo Decreto nº 11.129, publicado em julho de 2022.

Responsabilizar é mais uma arma no combate à corrupção, permitindo a punição de pessoas jurídicas que estejam, direta ou indiretamente, envolvidas em fraudes às licitações e contratos públicos, patrocínio de vantagens indevidas a agentes públicos e que dificultem atividade de fiscalização e investigação de gestões públicas.

Aliada à responsabilização, a Lei Anticorrupção, por meio dos decretos, instituiu o Programa de Integridade, a celebração de acordos de leniência, cálculos de multas e os cadastros que permitem verificar quem são as empresas que sofreram sanções por desconformidades com a legislação.

A regulamentação da lei foi criada acompanhando compromissos mundiais contra a corrupção, assumidos pelo Brasil, em pelo menos três convenções: a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU), a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA) e a Convenção sobre Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em âmbito nacional, a Controladoria Geral da União (CGU) possui competência para instaurar, apurar e julgar atos lesivos à administração pública nacional e estrangeira. Números disponibilizados pela CGU, atualizados até julho de 2023, apontam que já foram realizados 25 acordos de leniência com uma recuperação de recursos na ordem de R\$ 18,30 bilhões. Atualmente, constam 21 acordos em andamento.

O cenário evidencia que a Lei Anticorrupção está influenciando outras regras, como por exemplo, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21) que traz disposições atuais, com maior lisura e transparência nos processos de contratação

com o poder público, inclusive com a previsão da obrigatoriedade de Programas de Integridade para licitações específicas.

Mais do que existir Programas de Integridade, estes precisam ser efetivos, de modo que possam demonstrar capacidade de prevenir, detectar e sanar fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública (e privada - vale novamente reforçar) e de fomentar uma cultura constante de integridade no ambiente organizacional.

A Lei Anticorrupção mostra nesses dez anos um importante avanço na conformidade com as boas práticas, os princípios constitucionais e outras normativas internacionais que balizam a integridade nas relações entre o público e o privado, principalmente no tocante à ética, porém muito ainda precisa ser feito.

A ampliação e eficácia da cultura de integridade a partir da conformidade com a legislação é, portanto, imprescindível para fomentar a ética nas relações entre as todas as partes. É um caminho que tende a continuar melhorando se realmente buscarmos os meios propostos não apenas para governos e empresas melhores, mas para uma sociedade melhor e mais justa para todos.

(Anna Bastos é empreendedora e advogada especialista em Negócios e Direito Internacional)

Site: <https://opopular.com.br/digital/09-agosto-2023/10-caderno>

PAC 3 e regra fiscal, apostas contra o investimento público estagnado

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Dados do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostram que as taxas de investimento do setor público permanecem em torno de suas mínimas históricas, apesar do aumento registrado em 2022.

A expectativa é de que esse cenário passe por um período de retomada com o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - e a aprovação do novo marco fiscal. O texto, que emperrou na Câmara à espera da **reforma ministerial** prometida por Lula aos partidos do Centrão, prevê um piso para os investimentos públicos.

Pelos números do Observatório Fiscal, antecipados ao Estadão, os investimentos de União, Estados, municípios e empresas públicas federais subiram de 2,02%, em 2021, para 2,53% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano passado. A melhora foi puxada por Estados e municípios.

A série conta com informações desde 1947. Em 2017, os investimentos caíram para o menor patamar, em 1,94% do **PIB**. Desde 2015, não saem do patamar em torno de 2% por conta das restrições fiscais que atingiram em cheio os investimentos públicos.

"Devemos ver reação dos investimentos federais com a mudança de governo. A emenda da transição e o piso de investimentos proposto pelo novo arcabouço fiscal devem criar espaço para aumento do investimento público", diz o chefe do Observatório Fiscal, Manoel Pires.

Ele lembra que o novo plano de Parcerias Público-Privadas (PPPs) facilita as garantias do Tesouro a empréstimos dos governos regionais.

"Algumas empresas estatais também passam por reformulação dos seus planos de negócios.

É possível, portanto, que o período de contração das despesas com investimento público tenha ficado no passado", prevê Pires. O pesquisador frisa, no entanto, que o patamar ainda é muito baixo. "A tendência de um baixo nível de investimento público

persiste." Só no caso do novo PAC, a promessa do governo é de executar pelo menos uma obra em cada Estado. O objetivo é dar visibilidade nacional ao programa, que foi uma das vitrines políticas nos governos anteriores do PT, ainda que tenha enfrentado problemas de execução.

A data de lançamento da nova versão do PAC foi adiada quatro vezes, mas agora pessoas a par do projeto afirmam que o anúncio ocorrerá na sexta-feira, "com ou sem" o arcabouço fiscal aprovado. Isso porque uma das razões alegadas para o adiamento foi a necessidade de garantir espaço fiscal para o programa no Orçamento de 2024, com a aprovação da nova regra que substituirá o teto de gastos.

REUNIÃO. Os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) fizeram ontem a apresentação de algumas das diretrizes do PAC a parlamentares.

Padilha é o articulador político do governo, enquanto Costa será o responsável pela coordenação do programa.

"(Investimentos de) R\$ 1 trilhão ao longo de quatro anos, envolvendo recursos com características de PAC de outros órgãos e da iniciativa privada por meio de parcerias público privadas e concessões", disse o senador Cid Gomes (PDTCE), depois da reunião. O pacote que será anunciado pelo governo também deve contabilizar cerca de R\$ 300 bilhões em investimentos da Petrobras até 2026.

A Casa Civil estima que o programa será lançado com um horizonte de R\$ 240 bilhões em investimentos públicos federais sob Lula 3 (até 2026), sem contar os recursos que serão aportados por estatais.

Embora o valor represente cerca de R\$ 60 bilhões por ano, o que não alcança 1% do **PIB**, a ideia dos aliados de Lula é mostrar que o governo petista pretende investir mais do que Jair Bolsonaro (PL) nos últimos quatro anos.

Bolsonaro fechou 2022 com R\$ 45 bilhões em investimentos federais, contando obras próprias e aportes financeiros em fundos garantidores e em estatais, o equivalente a 0,4% do **PIB**. Em 2010, último ano de Lula 2, o investimento foi de 1,2% do **PIB**.

Mas mesmo no auge do PAC, segundo economistas, o valor se mostrou insuficiente para bancar as necessidades do País, e muitas obras simplesmente não saíram do papel, a exemplo do "trem-bala" entre Rio e São Paulo - previsto na segunda edição do programa, sob Dilma Rousseff (2011-2016).

Diferentemente dos PACs 1 e 2, o atual não deverá trazer placares de execução, considerados pela atual administração uma antipropaganda do programa, uma vez que as obras podem demorar a sair e as cobranças aumentarem.

Os aliados de Lula também não desejam comparar valores com os do passado, argumentando que as condições das contas públicas também são outras e que não estavam no vermelho como agora.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Planalto quer verba de emenda para turbinar Novo PAC

Em um encontro com líderes partidários no Palácio do Planalto, os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) pediram ontem que os parlamentares colaborem com suas emendas para obras do Novo PAC, que será oficialmente lançado na próxima sexta-feira, no Rio.

A possibilidade do emprego de verbas de emendas nas obras pode ajudar o governo, que vem perdendo cada vez mais o controle do Orçamento para o Congresso, a cumprir meta estimada em R\$ 60 bilhões anuais de investimentos públicos federais para o programa. Do lado dos parlamentares, a vantagem seria a priorização dada à execução de emendas ligadas ao Novo PAC, embora a maior parte das emendas parlamentares tenha caráter impositivo.

Padilha e Rui Costa receberam ontem os líderes de partidos do Senado e da Câmara, em reuniões separadas, para apresentar as linhas gerais do plano, em um gesto visto como uma deferência ao Congresso Nacional..

"Foi colocada até a possibilidade de ter emenda de bancada, de ter emenda individual para colaborar com o PAC por parte do Parlamento. Foi bem aceito, e a gente viu a reunião de forma muito positiva", disse o líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PE). "Foi uma sugestão que eles [ministros] colocaram para o Congresso ficar à vontade para colocar. Como vai ter o monitoramento por parte do governo, são obras que têm a garantia de execução. Então, foi bem assimilado por nós."

O programa terá o sobrenome de "Desenvolvimento e Sustentabilidade", anunciou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), após reunião. Ele disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou os líderes para a solenidade de lançamento do programa na sexta-feira, no Rio.

Mas o programa será lançado sem que a votação do novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gasto, tenha sido concluída no Parlamento. Modificado no Senado, o projeto retornou à Câmara com destaques que podem influenciar o orçamento do Novo PAC por seu impacto fiscal.

Perguntado sobre isso, Guimarães tentou se mostrar confiante.

"O novo regime fiscal será votado, nós estamos conversando. Eu aposto que nós votemos na outra semana", disse. "O Congresso está muito sintonizado nessa ideia de equilibrar o gasto com a receita. E, para cumprir o arcabouço, tem que ter receita."

Questionado sobre se é possível votar o arcabouço fiscal sem que Lula tenha concluído a **reforma ministerial** que marcará a entrada do Centrão no governo, ele respondeu: "Uma coisa não está relacionada à outra".

O Novo PAC dará prioridade a obras inacabadas e terá um chamamento público para a saúde especializada, uma queixa constante de Lula em relação à atuação do Sistema Público de Saúde (SUS). Segundo parlamentares que participaram do encontro, o programa tem investimentos previstos de R\$ 60 bilhões anuais para os próximos quatro anos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), ou R\$ 240 bilhões no período - número não confirmado oficialmente pelo Planalto.

Mas, se considerados investimentos da Petrobras, além de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), o montante poderá chegar a R\$ 1 trilhão, de acordo com o senador Cid Gomes (PDT-CE). Segundo ele, a Petrobras pretende fazer no próximo quadriênio R\$ 300 bilhões em investimentos "com características de PAC" - ou seja, tudo o que exclui manutenção e recuperação de ativos.

Questionada sobre os dados, a Petrobras preferiu não comentar.

Cid Gomes revelou ainda que o governo fará uma "chamada pública" a prefeituras e municípios para demandas e propostas de investimentos federais nas áreas de saúde, educação, esporte e cultura. E que, no entender do governo, "há uma lacuna de investimentos na atenção secundária de saúde".

A fala reflete queixas constantes de Lula que, embora elogie a capilaridade do SUS e a sua atuação na atenção básica, tem se queixado da falta de médicos especialistas e das longas filas a que a população é submetida para conseguir atendimento especializado.

"A população tem dificuldade em exames e consultas

especializadas, especialidades médicas. Há um equipamento que vai ser priorizado, que são as policlínicas."

Novo PAC dará prioridade a obras inacabadas e vai mirar saúde especializada

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=1§ion=1)**

Congresso pressiona Planalto e articula 'drible' em Haddad para aumentar mais uma vez o fundo eleitoral

Por Camila Turtelli - Brasília

Em novo movimento para pressionar o Palácio do Planalto, o Congresso articula uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para promover um novo aumento nas verbas públicas destinadas às campanhas. No ano passado, o montante do fundo eleitoral ficou em R\$ 4,9 bilhões, valor máximo que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, espera manter em 2024. Os parlamentares, no entanto, negociam driblar a trava deixada no texto pelo titular da pasta. O relator da proposta já admite a possibilidade de alteração.

Ainda não há consenso sobre o montante do novo fundo, mas uma ala defende o patamar de R\$ 5,7 bilhões. Este valor foi aprovado pelo Congresso em 2021 para o pleito do ano seguinte, mas Jair Bolsonaro, então presidente, vetou a iniciativa. Nos bastidores, a Fazenda já conta como certo o aumento do valor no Orçamento de 2024.

O fundo eleitoral surgiu em 2015, depois que o Supremo Tribunal Federal considerou doações realizadas por empresas a campanhas inconstitucionais. A alteração no modelo ocorreu enquanto a Operação Lava-Jato apontava casos de corrupção e caixa dois envolvendo as doações privadas.

Atualmente, o argumento usado pelos que defendem o aumento do financiamento público é que o valor é insuficiente para os partidos conseguirem divulgar todos os seus candidatos para a população em um país com as dimensões do Brasil.

- É necessário e importante discutir todos os temas. Eu sou a favor de contribuição privada com financiamento de campanha, mas fui voto vencido aqui na **reforma política**. Esse debate está estabelecido e é preciso chegar a um valor que seja compatível com o tamanho do Brasil e com o das eleições -disse o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), ao GLOBO.

O presidente do Republicanos, Marcos Pereira, defende que o valor do fundo seja pelo menos corrigido pela **inflação**. Já o presidente do PL,

Valdemar da Costa Neto, também favorável ao aumento, afirma que deve recorrer também a doações pessoais para engordar o financiamento das campanhas do seu partido.

- O Brasil não é um país, é um continente, e o dinheiro não é suficiente. Mas temos outras prioridades urgentes, então temos que trabalhar e arrecadar doações - disse Valdemar ao GLOBO.

Já a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) classifica como "pouca vergonha" a tentativa dos colegas de aumentar o fundo. Ela diz que será contra qualquer proposta que busque isso.

Uma das regras definidas para o uso do recurso é a destinação de ao menos 30% do dinheiro para candidatas mulheres e negros. A Câmara analisa atualmente a proposta apelidada de "PEC da Anistia", que livra os partidos de punições por qualquer falha nas prestações das contas eleitorais.

Outra articulação em curso para a LDO é a possibilidade de ampliar o uso das emendas Pix, modelo de transferência de recursos do governo federal direto para a conta de estados e prefeituras. Hoje, esse mecanismo só existe para as emendas individuais, mas a intenção é expandir para as emendas de bancada.

Sítio:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/09/congresso-pressiona-planalto-e-articula-drible-em-haddad-para-aumentar-mais-uma-vez-o-fundao-eleitoral.ghtml>

Deficit aumenta 30% enquanto Congresso não vota o novo arcabouço fiscal - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

O governo Lula fechará 2023 com deficit primário de R\$ 136,2 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), 30% pior que o rombo previsto em março, de R\$ 107,6 bilhões (1,0% do **PIB**), segundo estimativas da sua própria equipe econômica.

A consequência imediata é a necessidade de bloqueio de verbas discricionárias nesse valor, uma vez que as regras do teto de gastos continuam em vigor. Ou seja, o governo terá de contingenciar gastos que não são obrigatórios, o que terá impacto nas políticas sociais e obras públicas.

O Orçamento deste ano estima um deficit fiscal de R\$ 228,1 bilhões, rombo que o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu diminuir com medidas de recomposição de receitas e corte de gastos. A meta era reduzir o deficit do ano em torno de R\$ 100 bilhões. Essa situação compromete o lançamento de projetos do governo, como o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e aumenta o poder de barganha da Câmara dos Deputados, que empurra com a barriga a aprovação do novo arcabouço fiscal.

Com a corda no pescoço, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negocia o texto do novo arcabouço com o relator na Câmara dos Deputados, Claudio Cajado (PP-BA). O texto voltou para a Casa porque sofreu modificações no Senado. Ontem, na reunião de líderes, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação mais uma vez. Novo encontro entre representantes da Câmara e a equipe econômica foi agendado para a próxima segunda-feira.

Segundo Cajado, um dos assuntos em pauta é a emenda do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que cria um espaço orçamentário de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões, por sugestão da ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB). Outros itens incluídos no Senado também estão sendo examinados pelo relator, como o Fundo Constitucional do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e Investimentos em ciência e tecnologia.

O novo marco fiscal é uma condição para a elaboração do Orçamento da União de 2024. Ao anunciar o adiamento da votação, Arthur Lira disse que somente há acordo sobre a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal dos limites da regra. Na verdade, os deputados negaceiam a retirada do Fundeb e de gastos com ciência e tecnologia para forçar o presidente Lula a efetivar a mudança ministerial com a entrada do Centrão no governo.

Há um jogo de cena entre Lula e Lira em relação aos deputados André Fufuca (PP-MA) e Sílvio Costa Filho (Republicanos- PE), já indicados para compor o ministério, mas que não sabem ainda quais pastas ocuparão. Lula está como aquele sujeito que precisa sair de cena para evitar uma briga, nem muito rápido que pareça covardia, nem tão lento que pareça desafiar o adversário. O jogo é mais ou menos este: Lira não pauta o arcabouço fiscal para votação nem Lula nomeia os ministros, a pretexto de que ainda não decidiu que posições ocuparão na Esplanada.

Lira deseja manter a relação que tinha com Bolsonaro. As votações na Câmara somente ocorriam depois que as demandas dos deputados eram atendidas. No fundo, havia uma crise de confiança devido ao caráter intempestivo do ex-presidente.

Lula deseja mudar essa relação, para que os deputados sejam atendidos no tempo do governo, cujas prioridades nem sempre são as urgências dos parlamentares.

Reforma tributária

Outra queda de braços está ocorrendo no Senado, em razão das exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados na **reforma tributária**. Segundo a equipe econômica, os jãbutis apresentados no Senado podem aumentar as alíquotas do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em até 27%. O IVA reunirá nas esferas federal e estadual **impostos** hoje existentes.

Com base no texto aprovado pela Câmara, a alíquota máxima seria de 25,45%.

Agora, o relator do projeto no Senado, Eduardo Braga

(MDB-AM), negocia com o secretário extraordinário para a reforma do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, um ponto de equilíbrio. Um estudo sobre os custos das exceções abertas será fornecido aos senadores. A reforma prevê cobrança reduzida, equivalente a 40% da chamada "alíquota padrão"; alíquota zero para a cesta básica; e regimes específicos para setores financeiro, imobiliário e de combustíveis.

A variação entre o potencial de arrecadação e o efetivamente arrecadado, para a Fazenda, deveria ficar entre 10% ou 15%. Influenciam esse resultado a sonegação e a inadimplência, principalmente. Para a Fazenda, o ideal seria que as alíquotas ficassem entre 20,73% e 22,02%. Para isso, teria de haver apenas a manutenção do Simples Nacional; Zona Franca de Manaus; e regimes específicos para combustíveis, serviços financeiros, imóveis, planos de saúde, apostas, cooperativas e compras de governo.

Uma polêmica não resolvida é a composição do conselho que substituirá o Confaz na definição das alíquotas. Os estados do Sul e do Sudeste formaram uma frente para ter maior participação do que os demais, principalmente os do Norte e Nordeste, o que estressa o pacto federativo.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/09/all.pdf>

Alíquota do IVA pode ir até 27%

edla lula

Estudo apresentado ontem pelo Ministério da Fazenda aponta que a alíquota -padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) poderá chegar a 27%, caso o Senado aprove o texto da reforma tributária exatamente como saiu da Câmara dos Deputados, com tratamento favorecido a diversos setores. O estudo, elaborado a pedido do senador Eduardo Braga (MDB-AM), indicado para relatar a matéria na Casa, traça, em oito hipóteses diferentes, as possibilidades de alíquota para cenários "factíveis" e "conservadores".

O exercício feito pelos técnicos da Fazenda tem como premissa a manutenção da atual carga tributária - medida como proporção do PIB - incidente sobre o consumo de bens e serviços. "Ao longo da transição, o Senado fixará alíquotas-padrão de referência para o IBS e para a CBS, de modo a manter a carga tributária. Ou seja, as alíquotas -padrão serão fixadas de modo a que a arrecadação do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo seja a mesma que a arrecadação de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS como proporção do PIB", diz o documento.

A carga dos cinco tributos atuais considerada nas projeções é de 12,45% do PIB.

O estudo parte de um cenário "base", que considera, além da chamada alíquota-padrão, a manutenção do Simples e do tratamento favorecido à Zona Franca de Manaus, além dos regimes específicos de tributação de caráter técnico, que incluem combustíveis e lubrificantes; serviços financeiros; operações com bens imóveis; planos de assistência à saúde; concursos de prognósticos; operações de cooperativas e compras governamentais. Neste cenário, a alíquota "factível" ficaria em 20,73%, enquanto a "conservadora" seria de 22,02%.

A elaboração dos dois tipos de cenário, segundo o documento, é necessária, porque os cálculos precisam considerar o chamado "hiato de conformidade", um termo técnico usado quando se faz projeção de alíquotas para incluir possíveis perdas de receita em virtude de fatores como sonegação de impostos ou elisão fiscal.

Os cenários ampliam o percentual da alíquota à medida que consideram as excepcionalidades que foram incluídas na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45 durante a votação na Câmara. Para a última

simulação, que inclui os efeitos das mudanças constantes da redação final, aprovada pelos deputados em 7 de julho, em que mais setores favorecidos foram acrescentados, a menor estimativa fica em 25,45% e a mais conservadora, em 27%. Mesmo com esse cenário, o documento mostra que a nova alíquota seria inferior à média do que é pago hoje, ou seja, 34,4% quando se somam os cinco impostos.

"Os cenários estão muito bem desenhados e as alíquotas foram estabelecidas com base em projeções muito sólidas, e cada item de exceção tem um impacto na alíquota-padrão", explicou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao esclarecer que somente depois de ter acesso ao relatório final da Câmara, foi possível aos técnicos elaborar as simulações.

O relatório sofreu muitas críticas por não revelar qual seria o impacto da reforma sobre a carga tributária brasileira. Agora, segundo o ministro, será possível ao Senado "observar exatamente o impacto que cada item terá e analisar o que entra e o que sai".

Transparência

O senador Braga, que será oficializado como relator da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), prometeu dar total transparência aos debates. A partir das simulações, disse, "será possível aos senadores analisar o custo-benefício de cada dispositivo" colocado na proposta. "A população brasileira, o contribuinte, o empresário, tomarão conhecimento disso, o que vai ajudar a termos um juízo de valor sobre cada um desses pontos", afirmou o senador, que espera entregar seu relatório para discussão no Plenário em outubro.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Alíquota do IVA pode ir até 27%, calcula Ministério da Fazenda

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/09/all.pdf>

Risco de carga elevada é estimular contrabando

ROSANA HESSEL

A **reforma tributária** chegou, finalmente, ao Senado Federal, e a tramitação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa deverá se estender até o fim de outubro, como tem sinalizado o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

A expectativa é de que o debate dos senadores em torno do tema seja intenso, pois a carga de **impostos** do país é elevada e, portanto, qualquer aumento pode ampliar os prejuízos do país e dos cofres da União provocados pelo contrabando. Conforme levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), as perdas com esse crime chegaram a R\$ 410 bilhões no ano passado, sendo R\$ 230 bilhões em prejuízos das empresas nacionais e outros R\$ 130 bilhões, perdas para o erário devido à fuga de **impostos**.

Mas esse número pode ser ainda maior, pois não entraram na conta setores como o de medicamentos, o de software e o de autopeças, de acordo com o presidente do FNCP, Edson Vismona. "O mercado ilegal no país corresponde a cerca de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), e toda política pública precisa avaliar as decisões e seus efeitos para não estimular a ilegalidade.

Nesse sentido, a questão tributária é fundamental, pois, se houver aumento de imposto, teremos um incentivo fortíssimo para ao mercado ilegal", alertou.

No próximo dia 22, o Correio Braziliense realizará, em parceria com o FNCP, o seminário CB Debate / **Reforma Tributária**: Uma oportunidade para o combate ao mercado ilegal. Os painéis estão sendo montados, mas o senador Eduardo Braga, é uma das presenças confirmadas, além de Vismona.

O estudo do FNCP mostra, ainda, que as perdas aumentaram todos os anos desde o início do levantamento, em 2014, caindo somente em 2020, devido à pandemia da covid-19. Mas, em 2022, o crescimento foi mais forte do que em 2021, passando de 4,2% para 36,7%. "Pelo histórico, percebemos que o avanço continua, porque quem opera no mercado ilegal é extremamente oportunista. Como não paga imposto, nem Previdência ou encargo social, ele tem

uma grande vantagem, pois oferta produtos mais baratos, mas que não atendem às normas técnicas", ressalta Vismona.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, nesta semana, o relator da **reforma tributária** reconheceu que o governo precisa combater a elisão fiscal em vez de aumentar a carga de **impostos**. Ele garantiu que os senadores estão comprometidos em garantir o prometido impacto zero na carga de **impostos** com as mudanças previstas na PEC. "Não vejo disposição dos senadores em aumentar a carga tributária", destacou Braga.

Vismona disse torcer para que o compromisso dos senadores seja cumprido, e ressaltou que o combate à sonegação é "fundamental" para esse equilíbrio do impacto da reforma.

Contudo, o advogado tributarista e procurador tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiz Gustavo Bichara, a neutralidade propalada na **reforma tributária** é um mito. "Na proposta não há garantia alguma nesse sentido.

Até porque é impróprio falar em alíquota padrão, na medida em que os novos **tributos** serão compostos por três alíquotas: uma federal, uma estadual e outra municipal. E os entes federados ainda têm liberdade para fixar suas alíquotas respectivas como bem entenderem", afirmou.

Bichara também confirmou presença no seminário do Correio. (RH)

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Aumento da carga tributária pode estimular sonegação e pirataria

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/09/all.pdf>

Reformas Trabalhista e Tributária na pauta do encontro nacional de sindicatos empresariais - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Uma delegação de cerca de 80 empresários ligados ao comércio no Distrito Federal participa de hoje até sexta-feira do 38º Congresso Nacional de Sindicatos Empresariais, em Natal (RN). No ano passado, Brasília recebeu o evento, que reúne cerca de 2 mil pessoas de todo país. Na pauta dos painéis, estão a revisão da reforma trabalhista que o governo federal pretende promover, a **reforma tributária** e outros temas ligados ao cenário econômico nacional. A Fecomércio e o Sindivarejista do RN são anfitriões. Uma das lideranças de Brasília que participa do encontro é o presidente do Sindivarejista do DF e 1º vice-presidente da Fecomércio DF, Sebastião Abritta.

Representatividade

"Esse é um fórum especializado para o debate de temas econômicos atuais de interesse do varejo. A representatividade do DF é importante, porque estamos no centro do Poder, onde são tomadas as grandes decisões e podemos ter uma atuação mais decisiva, colaborando com todo o nosso setor de forma global", destaca Abritta.

Política monetária

A redução da taxa de juros Selic de 13,75% para 13,25% ao ano está sendo bem avaliada pelo evento. "As compras para o dia dos pais, dia da criança, em outubro, Black-Friday, em novembro, e Natal terão nova dimensão agora, porque, antes, os juros altos inibiam compras a prazo", explicou Abritta. "Se temos uma das taxas de **inflação** mais baixas do mundo é porque a política monetária foi bem conduzida nos últimos anos", acrescentou.

Custeio sindical

Luiz Carlos Motta (foto), que é Deputado Federal pelo PL de SP e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), será um dos debatedores. Ele participa do painel Reforma Sindical e fontes de custeio de atividades, junto com o sociólogo Clemente Ganz Lúcio.

Novo bairro Jóquei Clube e PPCUB

O evento de posse conjunta, ontem, das novas diretorias do Sinduscon, Ademi, Seconci e Codese, com a presença de Ibaneis Rocha, demonstrou que a sintonia entre o segmento empresarial e o governador vai continuar forte neste segundo mandato. O chefe do Buriti elegeu as obras como marca de governo. E ontem fez vários anúncios que entusiasmaram o empresariado. Disse que, com a consolidação do Noroeste, a prioridade será agilizar agora a implementação do novo Bairro Jóquei Clube, cujo projeto urbanístico foi doado pelo Sinduscon e pela Ademi. Também afirmou que a Terracap vai lançar projeto no Tororó para a classe média. Como a coluna adiantou, Ibaneis confirmou que vai fazer o Refis 2023. A expectativa agora do setor produtivo é quanto ao PPCUB. A previsão do governo é mandar ainda esse ano o projeto à Câmara Legislativa.

Soluções para educação corporativa

A Escola E3 agora é Futurize. Os empresários Eraldo Queiroz, Alê Prates e André Ribeiro realizaram um rebranding da marca, criada há 15 anos, com o intuito de acompanhar as tendências de inovação do mercado. A empresa é um hub de soluções em educação corporativa de alto impacto. O lançamento da nova fase da marca foi ontem no Conarh, um dos maiores eventos de RH do mundo, realizado em São Paulo.

Retenção de talentos

"Ajudamos a desenvolver pessoas para o futuro das organizações. Seja através de conteúdos em plataforma on-line, para universidades corporativas, projetos customizados ou programas de desenvolvimento in company. Sempre com foco no aumento do engajamento dos colaboradores das empresas e para a retenção de talentos, que são dois grandes desafios hoje no dia a dia dos RHs", explica Eraldo, que é de Brasília. A empresa, com sede em SP, tem atuação nacional e escritório no DF.

Workshop para empreendedores do café

Considerado o melhor barista do Brasil, o paranaense Garam Um estará em Brasília amanhã para o Workshop Brewers e Competições, das 14h às 18h30, no hotel Grand Bittar. O evento será dedicado a trazer para o público as novidades do mercado, além do cenário de cafés especiais e muita informação para os empreendedores se destacarem em meio à concorrência. Hoje, no DF, há pelo menos 300 Cafés, segundo o Sindhobar.

Campeão

Garam, 34 anos, é campeão brasileiro do Brazilian Brewers Cup Champion e 3º colocado no World Brewers Cup 2023. A inscrição para quem quiser investir na experiência pode ser feita pelo Sympla.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/09/all.pdf>

Reforma Tributária terá alíquota de até 27%, calcula Fazenda

Eduardo Cucolo

O Ministério da Fazenda divulgou estudo com estimativas para as alíquotas-padrão dos novos **tributos** sobre o consumo previstos na **Reforma Tributária** aprovada na Câmara e que está agora no Senado.

Nas simulações do governo, elas vão variar de um mínimo de 20,73% a um teto de 27%.

O número considera a soma do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), para estados e municípios, com a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), tributo federal.

Segundo a Fazenda, as estimativas apresentadas não correspondem a uma previsão exata sobre quais serão as alíquotas-padrão do IBS e da CBS, pois essas dependem de fatores que serão definidos só quando da regulamentação da PEC 45 por meio de legislação infraconstitucional.

"As alíquotas-padrão dos novos **tributos** só serão efetivamente conhecidas ao longo da transição para o novo sistema e serão fixadas de modo a manter a carga tributária atual", diz a nota.

Foram considerados dois cenários de arrecadação, um "factível", com uma perda de 10% referente a sonegação, elisão fiscal (interpretações divergentes sobre a legislação), inadimplência e judicialização, e outro "conservador", com 15%.

Para cada um, foram feitas oito simulações com base nas hipóteses de uma lista de exceções e setores beneficiados.

As alíquotas mais baixas consideram a manutenção do Simples Nacional e do tratamento favorecido à Zona Franca de Manaus, além dos regimes específicos de tributação de caráter técnico, como para combustíveis e lubrificantes, serviços financeiros, imóveis e planos de saúde, entre outros.

As mais altas consideram todos os benefícios da versão da reforma aprovada pela Câmara em 7 de julho, incluindo uma estimativa de criação de uma cesta básica nacional de alimentos tributada à alíquota zero, que corresponderia à metade da cesta básica

atual.

"As alíquotas-padrão totais de 25,45% e de 27% são elevadas para padrões internacionais, porém elas apenas revelam o fato de que o Brasil é um dos países em que a tributação do consumo de bens e serviços, como proporção do **PIB**, está entre as mais elevadas do mundo", diz a Fazenda.

No total, os tratamentos favorecidos elevam a alíquota em cerca de cinco pontos percentuais nos dois cenários. A lista de exceções ainda pode ser alterada pelo Congresso.

Segundo a Fazenda, individualmente, o benefício com maior impacto é a adoção de alíquota reduzida para os insumos e produtos agropecuários e para a cesta básica.

O objetivo da divulgação, demanda do Senado, é que a Casa possa avaliar o custo e o benefício de diferentes alternativas de tratamento favorecido.

A Fazenda também separou os dois **tributos**. A alíquota mais alta, por exemplo, representa a soma de uma CBS federal de 9,05% e um IBS de estados e municípios de 17,95%.

A reforma extingue cinco **tributos** sobre o consumo (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) e cria pelo menos três novos: a CBS (contribuição federal sobre bens e serviços), o IBS (imposto estadual sobre bens e serviços) e o Imposto Seletivo.

Nesta terça (8) a reforma começou a ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Foram apresentadas as primeiras emendas (sugestões de alteração do texto). Em uma delas, o senador Efraim Filho (União-PB), coordenador e relator do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), propôs um teto de 25% para a alíquota.

As alíquotas-padrão totais de 25,45% e de 27% são elevadas para padrões internacionais, porém elas apenas revelam o fato de que o Brasil é um dos países em que a tributação do consumo de bens e serviços, como proporção do **PIB**, está entre as mais elevadas do mundo

Ministério da Fazenda em estudo

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50363&maxTouch=0&anchor=6481342&pd=e827ffb280a5377d34ba29b483f67d0b>

PT diz que abre mão de taxar mais os milionários, não bilionários

Brasília O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PT--PR), disse nesta terça (8) após encontro de parlamentares do partido com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) que a legenda no Congresso abre mão de elevar a carga tributária sobre os milionários - flexibilizando uma bandeira histórica da sigla. Segundo ele, no entanto, a bancada discorda de manter as regras atuais para os bilionários.

"A gente até abre mão de taxar os ricos. A bancada diz que abre mão até de taxar os milionários. O que não dá é um país como o Brasil, com tanta desigualdade, continuar sem taxar sequer os bilionários. Acho que isso tem sintonia com o que pensa o governo", afirmou Dirceu após o encontro em frente à sede da pasta.

As declarações são dadas depois que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), demonstrou contrariedade com o envio, por parte do governo, da proposta de taxaçaõ dos super--ricos. Para Lira, a proposta pode atrapalhara tramitaçaõ da **Reforma Tributária** sobre o consumo.

"Não pude me expressar publicamente, nem conversar mais especificamente com o ministro Haddad, mas acho politicamente um risco grande você abrir vários flancos de discussãõ", disse Lira em julho.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50363&maxTouch=0&anchor=6481342&pd=e827ffb280a5377d34ba29b483f67d0b>

LDO 2024 e subsídios tributários (Artigo)

Helder Rebouças

Helder Rebouças é consultor de orçamentos do Senado e doutor em Direito pela Universidade de Brasília.

*

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (PLDO 2024), que tramita no Congresso, traz, no âmbito do seu Anexo de Metas Fiscais, demonstrativo das renúncias de receitas tributárias, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas renúncias, conhecidas como subsídios tributários ou gastos tributários, favorecem políticas públicas ou setores, pela via da redução de alíquotas, isenções tributárias, anistias, dentre outros, a exemplo das deduções do imposto de renda nas despesas de educação e saúde.

As estimativas de subsídios tributários do PLDO 2024 são de R\$ 486,1 bilhões (5% do **PIB**), equivalentes a 20% da arrecadação prevista para 2024. Isso representa um crescimento de 5%, frente aos subsídios tributários de 2022, conforme o mais recente Relatório "Orçamento de Subsídios da União", do Ministério do Planejamento e Orçamento, que indica renúncias de receitas de R\$461 bilhões.

Os subsídios tributários são uma das espécies de subsídios da União, ao lado dos subsídios financeiros e dos créditos. Esse conjunto somou, em 2022, segundo o Relatório citado, R\$ 581,5 bilhões. Vê-se, portanto, que os gastos tributários representam a grande maioria dos subsídios, com participação de 80%. Apesar disso, os subsídios tributários não constam do texto da lei orçamentária anual (LOA), mas apenas de anexos, em nível de informações complementares.

Tem-se a oportunidade, no PLDO 2024, de se prever a inclusão de todos os subsídios da União no corpo principal do texto da LOA, sem prejuízo das informações complementares anexadas, ampliando a transparência, bem como permitindo a sua discussão de mérito no âmbito do processo legislativo orçamentário.

Em termos regionais, as estimativas do PLDO 2024 revelam que 65% dos subsídios tributários beneficiam as regiões Sudeste e Sul, ao passo que 25% são direcionados às regiões Norte e Nordeste e 10% ao Centro-Oeste. Quanto às funções orçamentárias

favorecidas, ganha destaque "Comércio e Serviços" com R\$ 128 bilhões (26,3%). Nesta, se encontram destinações como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus. Na sequência, vêm os subsídios à Saúde, com R\$ 77,6 bilhões (16%), englobando despesas médicas, entidades filantrópicas, medicamentos, produtos químicos e farmacêuticos, dentre outros. A função orçamentária Agricultura, por sua vez, se destaca com R\$ 64,2 bilhões (13,2%), destinados à exportação da produção rural, desoneração da cesta básica etc. Para a indústria, a estimativa é de R\$ 53 bilhões (10,9%), abrangendo o Simples Nacional, Zona Franca de Manaus, setor automotivo e outros.

Visando à alocação eficiente desses subsídios, é de se avaliar o direcionamento a setores estratégicos, como a ciência e tecnologia, cuja previsão é de R\$ 19,4 bilhões (4%), sem indicação, por exemplo, de subsídios tributários a investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Aqui faz-se oportuno lembrar que o Senado, recentemente, excluiu os investimentos em ciência e tecnologia do teto de gastos, no âmbito da tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 93, de 2023, que trata do arcabouço fiscal.

A função orçamentária Educação também conta com baixa participação relativa nos subsídios ou gastos tributários, com R\$ 18 bilhões (3,7%), sendo mais grave a situação da cultura, com subsídios tributários de R\$ 4,4 bilhões (0,9%). Na área de investimentos em saneamento, outra mazela brasileira, a participação dos subsídios tributários tem previsão praticamente nula.

De acordo com o PLDO 2024 enviado pelo governo ao Congresso, não há um teto para os subsídios tributários, embora haja previsão de que a sua concessão, renovação ou ampliação tenha vigência máxima de cinco anos, além da exigência de metas e objetivos quantitativos. Aliás, recorde-se que a Emenda Constitucional (EC) 109, de 2021, fixou em 2% do **PIB** o limite máximo para o montante de subsídios tributários (com algumas exceções), meta a ser atingida em até oito anos. Considerando que o patamar previsto de subsídios tributários para 2024 é da ordem de 5% do **PIB**, dar cumprimento à limitação constitucional de 2% do **PIB** é tarefa de grande envergadura política, com fortes resistências que ressoam no Legislativo.

Por precaução política, caberia analisar juridicamente

quais as consequências do descumprimento desse limite constitucional de subsídios tributários, no âmbito dos crimes de responsabilidade contra o orçamento público, da Lei 1.079, de 1950.

Para ilustrar as dificuldades inerentes ao teto de subsídios, note-se que o governo passado enviou ao Congresso o Projeto de Lei 3.203, de 2021, com um plano gradual de redução de incentivos e benefícios tributários, conforme determina a referida EC 109, de 2021. A matéria ainda se encontra na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, sem qualquer análise de mérito.

A própria **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados, a ser analisada pelo Senado, igualmente não enfrenta o desafio dos subsídios tributários. Ao contrário, o seu texto obriga a União a arcar, de 2025 a 2032, com R\$ 160 bilhões para a compensação de perdas dos subsídios concedidos pelos Estados, por causa da extinção do ICMS. É possível que essa compensação tenha influenciado positivamente na aprovação da reforma na Câmara.

O cenário mais provável de médio prazo, portanto, sinaliza para a manutenção dos subsídios tributários nos níveis atuais, até porque a sua limitação não agrada nem a segmentos privados mais organizados politicamente e nem tampouco aos núcleos políticos de qualquer governo, dada a perda de graus de liberdade nas decisões sobre tais recursos. Daí, não seria prudente nutrir esperanças de que a racionalização dos subsídios tenha, em horizontes próximos, papel relevante na redução da atual carga tributária, hoje em tomo de 34% do **PIB**.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626?page=2§ion=2>

Análise: deficit aumenta 30% enquanto Congresso não vota o arcabouço fiscal

Luiz Carlos Azedo

O governo Lula fechará 2023 com deficit primário de R\$ 136,2 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), 30% pior que o rombo previsto em março, de R\$ 107,6 bilhões (1,0% do **PIB**), segundo estimativas da sua própria equipe econômica. A consequência imediata é a necessidade de bloqueio de verbas discricionárias nesse valor, uma vez que as regras do teto de gastos continuam em vigor. Ou seja, o governo terá de contingenciar gastos que não são obrigatórios, o que terá impacto nas políticas sociais e obras públicas.

O Orçamento deste ano estima um deficit fiscal de R\$ 228,1 bilhões, rombo que o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu diminuir com medidas de recomposição de receitas e corte de gastos. A meta era reduzir o deficit do ano em torno de R\$ 100 bilhões. Essa situação compromete o lançamento de projetos do governo, como o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e aumenta o poder de barganha da Câmara dos Deputados, que empurra com a barriga a aprovação do novo arcabouço fiscal.

Com a corda no pescoço, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negocia o texto do novo arcabouço com o relator na Câmara dos Deputados, Claudio Cajado (PP-BA). O texto voltou para a Casa porque sofreu modificações no Senado. Nesta terça-feira, na reunião de líderes, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação mais uma vez. Novo encontro entre representantes da Câmara e a equipe econômica foi agendado para a próxima segunda-feira.

Segundo Cajado, um dos assuntos em pauta é a emenda do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que cria um espaço orçamentário de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões, por sugestão da ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB). Outros itens incluídos no Senado também estão sendo examinados pelo relator, como o Fundo Constitucional do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e Investimentos em ciência e tecnologia.

O novo marco fiscal é uma condição para a elaboração do Orçamento da União de 2024. Ao anunciar o adiamento da votação, Arthur Lira disse

que somente há acordo sobre a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal dos limites da regra. Na verdade, os deputados negaceiam a retirada do Fundeb e de gastos com ciência e tecnologia para forçar o presidente Lula a efetivar a mudança ministerial com a entrada do Centrão no governo.

Há um jogo de cena entre Lula e Lira em relação aos deputados André Fufuca (PP-MA) e Sílvia Costa Filho (Republicanos-PE), já indicados para compor o ministério, mas que não sabem ainda quais pastas ocuparão. Lula está como aquele sujeito que precisa sair de cena para evitar uma briga, nem muito rápido que pareça covardia, nem tão lento que pareça desafiar o adversário. O jogo é mais ou menos este: Lira não pauta o arcabouço fiscal para votação nem Lula nomeia os ministros, a pretexto de que ainda não decidiu que posições ocuparão na Esplanada.

Lira deseja manter a relação que tinha com Bolsonaro. As votações na Câmara somente ocorriam depois que as demandas dos deputados eram atendidas. No fundo, havia uma crise de confiança devido ao caráter intempestivo do ex-presidente. Lula deseja mudar essa relação, para que os deputados sejam atendidos no tempo do governo, cujas prioridades nem sempre são as urgências dos parlamentares.

Reforma tributária

Outra queda de braços está ocorrendo no Senado, em razão das exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados na **reforma tributária**. Segundo a equipe econômica, os **jabutis** apresentados no Senado podem aumentar as alíquotas do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em até 27%. O IVA reunirá nas esferas federal e estadual **impostos** hoje existentes. Com base no texto aprovado pela Câmara, a alíquota máxima seria de 25,45%.

Agora, o relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), negocia com o secretário extraordinário para a reforma do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, um ponto de equilíbrio. Um estudo sobre os custos das exceções abertas será fornecido aos senadores. A reforma prevê cobrança reduzida, equivalente a 40% da chamada alíquota padrão; alíquota zero para a cesta básica; e regimes específicos para setores financeiro, imobiliário e de combustíveis.

A variação entre o potencial de arrecadação e o efetivamente arrecadado, para a Fazenda, deveria ficar entre 10% ou 15%. Influenciam esse resultado a sonegação e a inadimplência, principalmente. Para a Fazenda, o ideal seria que as alíquotas ficassem entre 20,73% e 22,02%. Para isso, teria de haver apenas a manutenção do Simples Nacional; Zona Franca de Manaus; e regimes específicos para combustíveis, serviços financeiros, imóveis, planos de saúde, apostas, cooperativas e compras de governo.

Uma polêmica não resolvida é a composição do conselho que substituirá o Confaz na definição das alíquotas. Os estados do Sul e do Sudeste formaram uma frente para ter maior participação do que os demais, principalmente os do Norte e Nordeste, o que estressa o pacto federativo.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/08/5115555-analise-deficit-aumenta-30-enquanto-congresso-nao-vota-o-arcabouco-fiscal.html>

Nova alíquota de imposto de consumo poderia ser bem mais baixa, se não houvesse tantas exceções

Por Míriam Leitão

O Ministério da Fazenda apresentou ontem, no Congresso, um texto com cálculos de como pode ficar a alíquota do novo imposto a partir das mudanças propostas pela **Reforma Tributária**.

A indicação é que o mais provável é que a alíquota fique entre 25,45%, na melhor das hipóteses, e 27%, em um cenário mais conservador. Mas dependendo do cenário, em condições ideais, seria possível termos uma alíquota tão baixa quanto 20,73%.

Tudo está nas mãos do Congresso - neste momento, especificamente do Senado. Caso haja uma redução nos tratamentos tributários diferenciados - lembrando que já foi decidido que o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus permanecerão intactos - a alíquota total aumentará se mais setores forem beneficiados com reduções.

Esse é o princípio subjacente a esses cálculos em andamento.

Essas contas não são certas: são feitas com base em diferentes cenários. Tudo está sujeito ao processo em tramitação no Congresso. Um esforço significativo está sendo feito pela equipe econômica para reduzir o número de setores com tratamentos diferenciados, a fim de obter uma redução geral na carga tributária.

De qualquer forma, a ideia de que a alíquota é muita alta deve levar em conta que no sistema atual é difícil ter uma ideia clara do valor real pago, porque não há transparência. A tributação padrão é de 34%.

A ideia da reforma é arrecadar o mesmo montante total e realizar uma mudança neutra, onde o governo federal nem perderá arrecadação, nem aumentará suas receitas.

Esse é o ponto central em discussão no Congresso, onde o projeto já foi aprovado na Câmara e agora está no Senado.

É importante lembrar que a reforma oferece ao país a simplificação e unificação dos **impostos**, mas se a

alíquota for excessivamente alta pode ter um impacto negativo na economia.

A batalha atual visa a manutenção de uma alíquota o mais baixa possível, enquanto cada setor busca vantagens especiais para si. Já é uma concessão significativa manter o Simples e a Zona Franca de Manaus intocados, considerando-se que ambos deveriam se ajustar a um novo sistema.

De qualquer forma, estamos transitando de um sistema onde o peso total dos **impostos** era obscuro para um sistema em que a alíquota será explicitamente declarada, e isso é bastante positivo.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/08/nova-aliquota-de-imposto-de-consumo-poderia-ser-bem-mais-baixa-se-nao-houvesse-tantas-excecoes.ghtml>

Reforma tributária prevê mudanças no IPTU e pode impactar mercado imobiliário, alertam especialistas

Brasília

|
Hellen Leite, do R7, em Brasília

A **reforma tributária**, além de unificar **impostos** que incidem sobre o consumo, também modifica a forma de tributação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Segundo o texto aprovado na Câmara dos Deputados, os municípios poderão alterar a base de cálculo do imposto por meio de decreto, ou seja, sem a necessidade de debate e aprovação da Câmara Municipal. Essa mudança, segundo especialistas, pode gerar insegurança jurídica e impactar o setor imobiliário.

A mudança na forma como o IPTU é calculado foi feita atendendo a um pedido da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade que representa mais de 5.200 cidades, sob o argumento de que dará mais autonomia às cidades. No entanto, para especialistas, a alteração caminha na contramão da segurança jurídica.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

A advogada especializada em direito imobiliário, Ana Carolina Osório, explica que o IPTU incide sobre o valor de venda do imóvel, que é uma estimativa que o poder público faz sobre o preço de determinados bens e que se torna o seu valor de mercado.

Segundo ela, mesmo que a **reforma tributária** não tenha a previsão de aumento do imposto, a proposta dá poder às prefeituras de aumentar o valor de venda dos imóveis, de forma unilateral, mediante decreto, sem que a matéria seja debatida pelo Poder Legislativo.

"De acordo com o princípio da legalidade previsto no artigo 150, inciso I, da Constituição Federal, não haverá cobrança nem majoração do tributo sem lei em sentido formal. A intenção do constituinte não é outra

senão garantir segurança jurídica aos contribuintes, exigindo que a matéria seja deliberada pelos representantes do povo, e não por mero arbítrio do Poder Executivo", afirma a advogada.

A toda evidência, a intenção do Poder Executivo é simplificar o procedimento de revisão do valor venal de imóveis para aumentar a arrecadação. A alteração proposta caminha na contramão da segurança jurídica e abre espaço para arbitrariedades por parte do Poder Executivo, não raro imbuído de insaciável apetite arrecadatário.

Ana Carolina Osório, advogada especializada em direito imobiliário

O especialista em direito imobiliário Alexandre Matias também acredita que a mudança proposta pode incentivar um cenário perigoso. "Isso dará ao Poder Executivo Municipal um poder muito grande de poder reajustar a base de cálculo por meio de decreto, sem a necessidade de aprovação da Câmara Municipal de Vereadores."

Com isso, o município poderá usar dessa brecha para aumentar de forma contínua o IPTU por uma via transversa, ao passo que mesmo sem alterar a alíquota, poderá aumentar a base de cálculo, o que significa um imposto maior a ser pago pelo contribuinte.

Alexandre Matias, especialista em direito imobiliário

Nesta terça-feira (8), uma comitiva de prefeitos ligados à Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), para tentar mudanças em pontos do texto.

O trecho que trata das alterações do IPTU não foi mencionado. Para o presidente da FNP e prefeito de Aracaju (SE), Edvaldo Nogueira (PDT), a alteração da base de cálculo do imposto por meio de decreto é "positivo para os municípios".

Outros pontos, no entanto, são considerados ruins

para as cidades. As principais alterações pleiteadas pelos prefeitos têm a ver com a governança do Conselho Federativo e com as transferências de recursos aos municípios.

O texto aprovado na Câmara estabelece que os **impostos** estadual (ICMS) e municipal (ISS) serão unificados e transferidos aos estados e municípios de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Federativo. Para os prefeitos, esse método não garante as receitas compatíveis com as demandas locais e tira a autonomia das cidades.

Outro ponto que os prefeitos pretendem modificar tem a ver com a governança do conselho. Alterações que prevêm a alternância da presidência do conselho, por exemplo, já foram feitas na Câmara, mas a FNP quer aumentar a representação municipal no grupo.

"Como ele [o Conselho Federativo] foi criado, é confuso. Os 27 governadores são representados, além de 27 prefeitos, de 5.568 [municípios]. Como vai ser essa escolha? Qual será o peso de cada ente federado? Precisa de regras claras, de que esse comitê não pode mudar as alíquotas, por exemplo", detalhou o prefeito.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/reforma-tributaria-preve-mudancas-no-iptu-e-pode-impactar-mercado-imobiliario-alertam-especialistas-08082023>

Atacadistas sonegam R\$ 55 milhões

Darcianne Diogo

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) desencadeou uma megaoperação para investigar empresas atacadistas de alimentos e bebidas envolvidos em um esquema de sonegação fiscal que chega a quase R\$ 55 milhões. Ontem, mais de 100 policiais saíram às ruas para cumprir 22 mandados de busca e apreensão na capital federal, em Goiás, em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia.

A operação Arancia foi coordenada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária, vinculada ao Departamento de Combate a Corrupção e ao Crime Organizado (DOT/Decor). Ao longo das investigações, a polícia descobriu que um grupo empresarial desse ramo usava ao menos 11 empresas de fachada para emitir notas fiscais frias e circular dinheiro proveniente de ilícitos tributários.

As empresas de fachada se vinculavam às empresas já existentes e, de acordo com a apuração policial, o quadro de funcionários era constituído por "laranjas", que apresentavam um padrão de vida incongruente com as quantias milionárias movimentadas pelas empresas de fachada. A investigação mostrou que os suspeitos tinham a intenção de blindar os reais proprietários do grupo, uma vez que utilizavam outras pessoas nos contratos sociais.

Os verdadeiros donos se beneficiavam de duas formas: com a constituição de crédito fiscal podre, não realizando o pagamento dos **impostos** devidos, ou com o aproveitamento dos créditos tributários advindos da simulação ou dissimulação de atos. Os "cabeças" do esquema também vendiam notas fiscais emitidas em nome das empresas de fachada para outros empresários do ramo atacadista, inclusive concorrentes, cobrando percentuais a título de comissão sobre os valores das notas.

A investigação apontou que o grupo criminoso atua há quase 10 anos no DF e que há cinco inquéritos em curso na DOT. A dívida tributária deixada pelos investigados chega ao valor de R\$ 55.793.712,22.

Buscas

Os mandados de busca e apreensão cumpridos no Distrito Federal, em quatro cidades de Goiás e em uma cidade de São Paulo visam auxiliar na consolidação e robustecimento das provas para sedimentar a conduta de cada integrante do grupo

criminoso, além de apreensão de bens e valores e identificação de outros envolvidos. Além das buscas, foi decretado o sequestro e bloqueio de valores custodiados em contas bancárias vinculadas aos investigados e a imposição de restrições e gravames a vários veículos e imóveis.

Participaram da ação de ontem mais de 100 policiais da PCDF. A operação contou com o apoio operacional de policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária da PCGO e da Delegacia Seccional de Polícia de Mogi das Cruzes (SP).

Os suspeitos são investigados pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, uso de documento falso e falsidade ideológica. Caso sejam condenados, eles podem pegar até 33 anos de prisão.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/09/all.pdf>

BC ressalta cautela, mas confirma novos cortes

RAFAELA GONÇALVES ROSANA HESSEL

Após reduzir a taxa básica de juros (Selic), que estava inalterada desde agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou, na ata da reunião, divulgada ontem, que fará novos cortes nos próximos meses, mas indicou que manterá a cautela, ao reforçar a necessidade de ainda preservar uma política monetária contracionista.

Na quarta-feira da semana passada, o Copom cortou a Selic em 0,50 ponto percentual, a primeira redução em três anos. Com isso, os juros básicos passaram de 13,75% para 13,25% ao ano, ainda no maior patamar desde janeiro de 2017, quando a taxa estava em 13%. A decisão não foi unânime e o voto do presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi o desempate entre os nove diretores da autoridade monetária. Por cinco votos a quatro, venceu o corte maior, em vez do de 0,25 ponto defendido pela ala mais conservadora do comitê.

Na ata, o colegiado reafirmou a mensagem do **comunicado** divulgado após a reunião de que, por unanimidade, os próximos cortes serão da mesma magnitude do promovido em agosto. O colegiado também julgou como "pouco provável" um ritmo maior do que o proposto, jogando um balde de água fria nas apostas de corte de 0,75 ponto percentual na Selic. Segundo o documento, isso exigiria surpresas positivas substanciais que elevassem ainda mais a confiança na dinâmica desinflacionária prospectiva.

"O documento trouxe esclarecimentos a respeito da reunião da semana passada e reforçou que há consenso a respeito das próximas decisões, que devem trazer cortes de 0,50 ponto percentual", destacou Fernando Honorato, diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.

Com isso, ele antecipou a revisão da taxa Selic no fim do ano de 12% para 11,75%.

Expectativas

Uma das justificativas apresentadas na ata para o início do ciclo de corte dos juros foi o recuo das expectativas de **inflação** após a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de manter a meta de **inflação** em 3% para os próximos três anos e mudar

para o sistema de meta contínua.

A evolução da **inflação**, desde a reunião anterior do Copom, em meados de junho, "permitiu acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de redução dos juros", ressalta o documento.

A economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta, avaliou que a ata trouxe luz ao debate que gerou a decisão dividida do comitê. É clara a diferença de peso que os dois grupos atribuem à ancoragem das expectativas.

"O grupo a favor da redução de 25 pontos-base considera que esse é um dos fatores mais relevantes, se não o mais relevante, para a condução da política monetária, e pontua que a esfera fiscal, especialmente o resultado primário, é determinante para a ancoragem parcial das estimativas inflacionárias no longo prazo", disse.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/09/all.pdf>

Partidos articulam fundo eleitoral recorde

Thiago Resende Brasília

Líderes do Congresso Nacional e dirigentes partidários pressionam para que o fundo eleitoral seja mais uma vez inflado e atinja, no próximo ano, um novo recorde.

Na campanha de 2022, foram usados quase R\$ 5 bilhões de dinheiro público para financiar as despesas de candidatos aos cargos de presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

Mas integrantes de diferentes cores partidárias se unem para contestar a ideia de que o valor do fundo eleitoral foi elevado. É comum, mesmo entre parlamentares eleitos, ouvir reclamações sobre campanhas feitas com verba curta.

Para 2024, líderes envolvidos na discussão do Orçamento argumentam que o fundo precisa subir, pois o número de candidatos e de vagas será ainda maior. Para se ter uma ideia, em 2020, última eleição municipal, foram disputados 58.208 cargos de vereador, além dos postos de prefeito e vice-prefeito em 5.568 municípios do país.

Outra justificativa dada é que, com o fim das coligações em eleições proporcionais (no caso de vereadores), a campanha precisa de mais financiamento -em 2020, essa medida já valia, mas a pandemia da Covid-19 limitou a necessidade de verba e de atuação política dos candidatos.

Dirigentes partidários veem o resultado da eleição municipal como um primeiro passo e um pilar para fortalecer a corrida de 2026 nos estados e para cargos federais. Quem tem mais prefeitos aliados e capilaridade política pode largar na frente na disputa estadual e presidencial.

Conseguir elevar o fundo para o novo recorde, porém, deverá gerar mais um desgaste para a imagem da classe política. Parlamentares reconhecem que o plano é polêmico, mas esse é um assunto caro para as cúpulas partidárias, que pleiteiam mais dinheiro.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) propôs uma trava para que o fundo da eleição de 2024 não ultrapassasse os R\$ 5 bilhões da campanha de 2022. Isso foi inserido no projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que dá as bases para a formulação do Orçamento do próximo ano.

O início do processo de análise do projeto está previsto para esta semana. Mas ainda não há uma data definida para que o relator, Danilo Forte (União Brasil-CE), apresente as mudanças no texto.

Apesar de a discussão do projeto ainda estar em fase preliminar, Forte tem relatado a aliados que há pressão para que a trava colocada por Haddad seja derrubada ou, ao menos, flexibilizada.

Mesmo dentro do PL, partido com maior bancada e que deverá receber a maior cota do fundo, há pedidos para que o Orçamento de 2024 reserve mais dinheiro para a campanha eleitoral -pelo menos, para que o valor seja reajustado pela inflação, o que somaria cerca de R\$ 5,5 bilhões.

O PL é o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Alguns técnicos da área de Orçamento do Congresso consideram que o dispositivo proposto por Haddad não é suficiente para estabelecer um teto para o financiamento de campanha, pois a lei que criou o fundo daria margem para o Congresso aprovar a verba que achar adequada.

Como isso não é um consenso, a ideia que ganha força é a de mudar o projeto da LDO e abrir caminho para que o Orçamento, que trata propriamente dos valores de cada despesa pública, possa prever um fundo acima da marca dos R\$ 5 bilhões.

Quando discutia o tamanho do fundo da campanha de 2022, o Congresso travou um embate com Bolsonaro.

Inicialmente, a articulação foi para o fundo ficar com R\$ 5,7 bilhões. Bolsonaro vetou. A equipe econômica dele brigava para manter esse gasto em R\$ 2,1 bilhões.

Cardeais partidários partiram para a negociação e chegaram a um valor intermediário com o governo, o patamar de R\$ 5 bilhões. Portanto o desgaste político já está na conta do Congresso quando se traçam estratégias para inflar o fundo eleitoral.

Em 2020, ano de eleição municipal, o Congresso tentou emplacar uma transferência de quase R\$ 4 bilhões para o fundo. Mas teve que recuar por causa da repercussão negativa. O valor foi então estabelecido em R\$ 2 bilhões (quantia sem correção da inflação do período).

Até 2015, as grandes empresas, como bancos e empreiteiras, eram as principais responsáveis pelo financiamento dos candidatos. Naquele ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu a doação empresarial sob o argumento de que o poder econômico desequilibra o jogo democrático.

Para as eleições de 2018 foi criado então o fundo eleitoral, de R\$ 1,7 bilhão, que se somou aos recursos já existentes do fundo partidário, em tomo de R\$ 1 bilhão.

Apesar da proibição do STF, há brechas que mantêm o desequilíbrio em favor dos mais ricos, devido às doações de empresas feitas por meio de seus executivos, como pessoa física, além do autofinanciamento -ou seja, a possibilidade de os candidatos bancarem suas próprias campanhas, limitados pelo teto estabelecido para cada candidatura.

Entenda os fundos eleitoral e partidário

O que é o fundo eleitoral?

É um instrumento que distribui recursos públicos aos partidos políticos em ano eleitoral, visando financiar campanhas aos cargos em disputa

Ele é a única fonte de verba para as campanhas?

Não. Os partidos também podem usar recursos do fundo partidário, outra modalidade de verba pública para subsidiar o funcionamento das legendas, distribuída mensalmente. Há outras formas de financiamento possíveis?

Os candidatos podem recolher doações de pessoas físicas, limitadas a 10% da renda da pessoa no ano anterior, além de autofinanciarem suas campanhas -com máximo de 10% do teto de gastos, que varia de acordo com o cargo disputado. As doações empresariais são proibidas desde 2015.

Como o fundo eleitoral é distribuído?

A distribuição do fundo público para campanha entre os partidos segue os seguintes critérios, levando em conta o tamanho das bancadas com base no resultado da eleição anterior:

2% distribuídos igualmente entre todas as legendas registradas

35% consideram a votação de cada partido que teve ao menos um deputado eleito na última eleição para a Câmara

48% consideram o número de deputados eleitos por

cada partido na última eleição, sem levar em conta mudanças ao longo da legislatura

15% consideram o número de senadores eleitos e os que estavam na metade do mandato no dia da última eleição

Por que parlamentares buscam aumentar o valor do fundo eleitoral?

Líderes envolvidos na discussão argumentam que o fundo precisa subir, pois o número de candidatos e de vagas será maior em 2024

R\$ 5,5 bilhões é o total proposto pelo PL, pelo menos com o reajuste da inflação, para o fundo eleitoral em 2024

R\$ 5 bilhões foi o valor repassado aos candidatos no pleito de 2022

R\$ 2 bilhões foi averba destinada ao financiamento de campanhas em 2020

R\$ 1,7 bilhão somou o fundo eleitoral em 2018

R\$ 1,1 bilhão foi o valor do fundo partidário para este ano

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50363>

Governo prevê salário mínimo de R\$ 1.421 em 2024, com alta real

IdianaT omazelli

O prevê que o valor do salário mínimo deva alcançar R\$ 1.421 no ano que vem, segundo interlocutores do governo ouvidos pela Folha.

A cifra segue a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo Executivo, que inclui reajuste pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2022).

O dado baliza as contas da proposta de Orçamento 2024, que será enviada pelo governo até 31 de agosto.

Hoje, o piso nacional é de R\$ 1.320, após Lula conceder um reajuste adicional a partir de 1º de maio. O petista prometeu, ainda na campanha eleitoral, retomar a política de valorização do míni-

mo que vigorou em gestões anteriores da sigla no Palácio do Planalto.

A MP (medida provisória) com o reajuste foi aprovada nesta terça-feira (8) na comissão mista que avaliou o texto. O relatório, que ainda precisa ser aprovado nos plenários da Câmara e do Senado, incluiu a política de valorização do salário mínimo após acordo com o governo.

O texto também agregou o aumento na isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 2640. Para compensar as perdas com a mudança, o texto propôs a taxação de rendimentos recebidos no exterior por aplicações financeiras, entre outros.

O valor final do mínimo pode sofrer variações até 1º de janeiro de 2024, quando entrará em vigor, principalmente se houver aceleração ou perda de ritmo da inflação. Hoje, a estimativa do governo é que o INPC tenha alta de 4,48% em 2023.

Ao enviar o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, em abril, o governo considerava um piso de R\$ 1.389 -calculado a partir de uma inflação de 5,2%, mas sem incorporar a política de valorização, cujo projeto foi encaminhado no início de maio.

Ao enviar a proposta, o Executivo estimou um custo adicional de R\$ 18,1 bilhões em 2024 para bancar o reajuste extra. Mais da metade das despesas federais é influenciada pela dinâmica do piso nacional.

Segundo informações do PLDO, cada R\$ 1 a mais de reajuste no mínimo leva a uma ampliação de R\$ 3,9 bilhões nas despesas com benefícios equivalentes ao piso, sem considerar aqueles com valor acima de um salário mínimo.

O projeto de lei ainda precisa ser votado pelo Congresso, mas o governo já pode considerá-la na formulação da proposta orçamentária. Além disso, na ausência de uma política específica para esse tema, o chefe do Executivo tem autonomia para propor um reajas-te maior que a inflação, desde que haja recursos disponíveis.

Como mostrou a Folha, a política de valorização do mínimo pode dificultar o cumprimento das metas do arcabouço fiscal nos próximos anos.

É possível que o salário mínimo avance num ritmo mais célere do que a regra geral das despesas, o que tem sido apontado por economistas como uma incongruência entre políticas.

A medida deve custar R\$ 82,4 bilhões entre 2024 e 2026, segundo estimativa do governo. O impacto será crescente: R\$ 25,2 bilhões em 2025 e R\$ 39,1 bilhões em 2026.

A proposta de Lula resgata a fórmula já asada em gestões petistas: reajuste pela inflação mais a variação do PIB de dois anos antes.

Já a regra fiscal diz que o limite de despesas cresce o equivalente a 70% da alta real das receitas (que está diretamente ligada ao ritmo da atividade econômica), respeitando um teto de alta real de 2,5% ao ano.

No ano que vem, já se sabe que o ganho real do mínimo vai superar o limite de crescimento das despesas, uma vez que o percentual é maior que o teto de 2,5%.

No futuro, em um cenário de aceleração do PIB, como é almejado por Lula, o descompasso entre a correção do piso nacional e a regra fiscal pode ficar ainda mais

evidente, dado que o crescimento dos salários e benefícios continuaria ultrapassando a correção do limite.

Quando uma despesa cresce de forma mais acelerada do que a ampliação do teto em si, outros gastos precisam compensar esse movimento -ou seja, eles ficam com um espaço proporcionalmente menor no Orçamento.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50363&maxTouch=0&anchor=6481342&pd=e827ffb280a5377d34ba29b483f67d0b>

No voto, Minas não é Sul-Sudeste, mas um espelho de todo o Brasil

BRUNO SOLLER

Desde a redemocratização não existiu uma eleição presidencial em que o candidato eleito tenha conseguido a faixa sem que houvesse saído vitorioso em Minas Gerais. Posicionado geograficamente no centro do País, com mais de 586 mil quilômetros quadrados de área territorial, o Estado é um compacto do mapa eleitoral brasileiro.

Ao lançar um movimento do consórcio Sul-Sudeste, o governador mineiro, Romeu Zema (Novo), que possui pretensões presidenciais, parece querer dialogar com um eleitorado externo, que pode lhe render uma posição interessante na disputa, mas que é insuficiente para vencê-la. Sem Minas, Zema precisaria romper um ciclo de nove eleições em que quem vence no Estado vence no País.

Apostar no fato de ser governador de Minas para sair de lá ganhador não parece ser uma estratégia correta. Aécio Neves, em 2014, é exemplo disso.

Reeleito em 2006 governador com 77% dos votos, 21 pontos percentuais a mais do que o próprio Zema (que obteve 56% do eleitorado em sua reeleição), e tendo feito seu sucessor Antônio Anastasia em 2010, com 63%, ainda em primeiro turno, não conseguiu bater Dilma Rousseff. A candidata do PT o derrotou localmente por 52 x 48, repetindo exatamente o placar nacional.

ESPELHO. Esse repeteco de resultados em Minas e no Brasil não é propriamente um acaso.

Em 2022, Lula recebeu 50,2% dos votos dos mineiros e teve 50,9% dos brasileiros. Em 2018, Bolsonaro lá teve 58,19% e 55,13% no Brasil, uma diferença ínfima de três pontos. Nos últimos três pleitos praticamente houve um espelhamento numérico proporcional entre a terra de Tiradentes e o País. Esse fato se explica pelas características regionais dos votos no Estado.

Ao analisar os resultados da última contenda é possível perceber essa discrepância regional.

Em Itinga, na região do Vale do Jequitinhonha, próximo à divisa com a Bahia, Lula fez 78% dos votos no município, índice muito próximo da média do atual presidente em municípios do sertão nordestino.

Já na cidade de Monte Sião, no sul do Estado, na divisa com São Paulo, Bolsonaro garantiu 76% dos votantes. Em Itinga, o **PIB** per capita é de pouco mais de R\$ 8 mil. Já em Monte Sião, atinge R\$ 20 mil, realçando a lógica de que, quanto mais concentração de eleitores de classe C2 e D, maior a votabilidade no lulismo.

Ao dividir Minas em oito regiões de características próximas, pode-se ver certo balanceamento eleitoral interessante, com regiões acima dos dois dígitos percentuais. Belo Horizonte, a capital, concentra 13% dos eleitores; a região metropolitana de Belo Horizonte, 17%. O Triângulo Mineiro e o Parnaíba têm 12%; Rio Doce e Mucuri, 10%; norte, nordeste e Jequitinhonha, 15%; sul e sudoeste, mais 13%; e a Zona da Mata, 10%, assim como o oeste e o centro de Minas.

A influência cultural em cada uma dessas partes é peculiar e movimenta o perfil sociológico desse mix de ascendências que compõem Minas, do sotaque às preferências esportivas.

Cruzeiro e Atlético, os maiores clubes em conquistas de Minas Gerais, dominam as preferências no Estado, mas são ultrapassados pelo Flamengo, segundo levantamento recente do Ibope Repucom, como time de coração da maioria dos mineiros da Zona da Mata, com grande influxo do Rio, e pelo Corinthians, no sul mineiro, muito semelhante ao interior paulista.

EMBATE. Propondo um certo embate regional com a formação de um consórcio para defender as regiões Sul-Sudeste, Zema consegue um protagonismo político, calcando-se numa polêmica que pode render-lhe algum apoio nos demais Estados da região, mas que pode ser perigoso justamente no seu berço eleitoral.

Zema dificilmente ganhará mais votos em Minas Gerais por essa sua posição, correndo mais riscos de perder em algumas cidades dessa área mais nordestina do Estado.

O voto no Brasil não está tão diretamente ligado a questões regionais propriamente ditas, mas, sim, a classes sociais.

Regiões onde há maior concentração de pobreza tendem a ter um comportamento eleitoral semelhante, desde 2006, no fim do primeiro governo Lula.

Seja na periferia mais pobre de São Paulo ou no sertão maranhense, o fator que mais determina o voto ainda é a condição social. Minas Gerais, por ser esse retrato regional brasileiro, não é diferente.

Com a impossibilidade da candidatura de Jair Bolsonaro, Zema busca ser o herdeiro eleitoral desse campo da política nacional. Tem a concorrência direta de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo; e de Ratinho Jr., governador do Paraná - estes dois, sim, governantes de um eleitorado sulsudestino, mais rico e uniforme, que não tem votado no lulismo desde sua reeleição em 2006. Ao buscar liderar esse movimento, Zema parece querer se igualar a seus pares, em vez de se aprofundar naquilo que pode ser sua diferenciação, que é a possibilidade real de ser um elo para dialogar com o Nordeste e a população de menor renda.

O último governador mineiro que se lançou à Presidência teve espetacular votação em São Paulo e no Paraná, mas esqueceu de fazer a lição de casa.

Inteligentemente, já vitoriosa em Minas Gerais no primeiro turno, a campanha de Dilma Rousseff abusava da máxima "quem conhece, não vota Aécio", referindo-se à derrota em seus domínios eleitorais.

Zema, se realmente quiser ter chances para 2026, deve estudar o ocorrido com seu conterrâneo e perceber que sua intentona pode lhe gerar alguma audiência, mas se tornar, eleitoralmente, um verdadeiro voo de galinha.

*

Geografia

Localizado no centro do País, Estado tem zonas cujas renda e cultura remetem a Sudeste e Nordeste

Memória

Candidato a presidente em 2014, Aécio fez boa votação em São Paulo e no Paraná, mas perdeu em casa

*

Para lembrar - Governador demanda "protagonismo político"

I Liderança

Em entrevista ao Estadão, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), falou que os Estados do Sul e do Sudeste pretendem buscar protagonismo político. A queixa é de que os Estados são economicamente fortes e arrecadam muito, mas recebem pouco da União. "Os do Norte e Nordeste estão muito à nossa frente", disse Zema

I "Vaquinhas"

Zema defendeu mudanças, e fez uma analogia ligada ao mundo rural. "Você vai cair naquela história, do produtor rural que começa só a dar um tratamento bom para as vaquinhas que produzem pouco e deixa de lado as que estão produzindo muito. Daqui a pouco as que produzem muito vão começar a reclamar o mesmo tratamento"

I Consórcio

O instrumento para essa busca de liderança no cenário nacional é o Consórcio Sul-Sudeste (Cossud), que reúne os governadores das regiões

I Repercussão

A repercussão da fala do governador foi negativa, principalmente nos Estados do Nordeste. O governador da Paraíba, João Azevêdo, disse que ele foi "infeliz" nas declarações. Para Azevêdo, o governador mineiro estimula uma divisão entre as regiões no País

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Corte acima de 0,5 ponto é "pouco provável", afirma Copom

THAÍS BARCELLOS EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central afirmou, na ata da sua reunião da semana passada, que julga como "pouco provável" um aumento adicional no ritmo de corte da Selic, que o colegiado já indicou que deve se manter em 0,5 ponto percentual nos próximos encontros. Na semana passada, o Copom iniciou o ciclo de afrouxamento da política monetária com um corte de 0,5 ponto da taxa básica de juros - de 13,75% para 13,25% ao ano.

"O comitê julga como pouco provável uma intensificação adicional do ritmo de ajustes, já que isso exigiria surpresas positivas substanciais que elevassem ainda mais a confiança na dinâmica desinflacionária prospectiva", escreveu o Copom na ata.

Segundo o colegiado, essa confiança viria apenas com uma alteração dos fundamentos da dinâmica da inflação, como uma desaceleração mais forte do que a esperada dos preços de serviços.

Após a reunião da semana passada, alguns analistas consideram a possibilidade de um corte de até 0,75 ponto nas próximas reuniões do Copom. Na ata, porém, o colegiado afirma que houve unanimidade sobre a expectativa de reduções de 0,5 ponto, e que os seus integrantes "avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário".

O corte anunciado na semana passada foi o primeiro em três anos. A votação terminou dividida, com 5 votos a 4 pelo percentual de 0,50 ponto. O voto de desempate foi dado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, o que foi visto por analistas como um aceno ao governo - que tem criticado a condução da política monetária.

Patamar

13,25% é o novo percentual da Selic depois do corte da semana passada

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais transparência no Copom (Editorial)

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dirimiu dúvidas sobre as razões que motivaram a redução mais intensa da taxa básica de juros pelo Banco Central (BC). No documento, mais longo que o padrão, o BC explicitou os motivos técnicos que levaram a uma divisão entre os diretores e reafirmou o compromisso do BC de conduzir a inflação de volta à meta.

Havia muita expectativa sobre como a decisão se daria e de que forma seria justificada. Seria, afinal, a primeira reunião do colegiado desde a entrada de dois novos integrantes indicados pelo governo Lula - Gabriel Galípolo, até então secretário executivo do Ministério da Fazenda, e Ailton de Aquino Santos, servidor de carreira do BC. Parte dos agentes acreditava que a nova composição do Copom poderia levar o BC, com o passar do tempo, a ser mais leniente no combate à inflação.

Como já havia informado o comunicado, quatro dos diretores defendiam a queda de 0,50 pp, enquanto outros quatro preferiam uma redução de 0,25 pp. Alvo de ataques contínuos por parte do governo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, deu o voto definitivo a favor do corte mais agressivo da Selic, para 13,25% ao ano.

Faltava, porém, a divulgação da ata para afastar insinuações sobre a existência de motivações políticas a embasar a decisão. De forma transparente, o documento mostrou que um grupo não considerava haver sinais suficientes de mudanças no cenário e nas projeções para permitir um corte mais agressivo da taxa básica de juros. Outro, no entanto, destacou a dinâmica recente da inflação e a manutenção das metas de inflação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como fatores que contribuíram para ancorar as expectativas, o que abria espaço para uma queda mais intensa dos juros.

Na ata, o Copom admitiu haver mérito nas duas posições.

E, apesar das diferenças de opinião sobre o tamanho do corte, os diretores, de forma consensual, reconheceram que a retomada da ancoragem das expectativas ainda era parcial, uma vez que a atividade econômica mostra resiliência e os núcleos e a inflação de serviços continuam elevados. Assim, ao contrário do que havia ocorrido algumas vezes nos últimos meses, comunicado e ata vieram em tom alinhado, corrigindo erros de comunicação cometidos

em ocasiões anteriores.

Por meio da ata, o BC também tentou segurar apostas de um ajuste ainda mais ousado nas próximas reuniões, de 0,75 pp, como parte do mercado passou a cogitar. Essa possibilidade, segundo o documento, dependeria de "surpresas positivas substanciais" e de uma retomada da ancoragem das expectativas "bem mais sólida". É um cenário que o comitê julga ser pouco provável, uma vez que superar os desafios fiscais e atingir as metas traçadas pelo novo arcabouço será um objetivo, no mínimo, desafiador.

Com a ata, o Banco Central reafirmou sua autonomia de forma transparente e corajosa, deixando claro haver não apenas um compromisso firme de combate à inflação, como também espaço para opiniões divergentes na cúpula da instituição. Que este seja, a partir de agora, o padrão de comunicação do BC.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apesar de recado da ata, mercado vê chance de redução maior na Selic

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Ainda que o Banco Central tenha buscado transmitir a mensagem de que uma aceleração no ritmo dos cortes de juros é "pouco provável" no curto prazo, a avaliação de boa parte dos economistas e participantes do mercado é a de que o Comitê de Política Monetária (Copom) pode encontrar, já nos próximos meses, as condições para ampliar a intensidade do processo de flexibilização monetária. Assim, a comunicação ajudou a abrir a porta para estimativas de Selic inferiores a 11,75% neste ano.

Na visão da economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Natalie Victal, o Copom buscou se esforçar para tentar segurar as expectativas em relação a uma aceleração no ritmo de ajuste da Selic e se mostrou bastante dependente dos dados. "Não nos parece ser uma autoridade com grandes amarras para tomar uma decisão que não tenha sido comunicada antes", avalia a economista.

Ela destaca, ainda, o uso da conjunção "ou" no parágrafo 18 da ata, onde o Copom enumera os fatores que levariam a uma possível aceleração no ritmo de corte de juros.

"Apesar do uso de adjetivos fortes, o uso da conjunção "ou", e não da conjunção "e", revela que se alguma das condições for verificada, haveria a abertura de algum espaço para cortes mais intensos nos juros", afirma Victal. O cenário base da SulAmérica abarca uma redução de 0,5 ponto percentual na Selic em setembro, seguida de dois cortes de 0,75 ponto, com a taxa em 11,25% no fim deste ano.

Embora tenham mantido a expectativa de cortes de 0,5 ponto na Selic até o fim do ano, os economistas do Itaú Unibanco enfatizam, em relatório, que "não se pode descartar uma flexibilização mais rápida, principalmente no final do ano". Além disso, apontam que o Copom "também indica que espera manter a taxa Selic em território contracionista ao longo do ciclo, sustentando a visão de que o nível terminal de juros pode ser abaixo de 10%, mas não muito".

Nesse sentido, o economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos, Raí Chicoli, diz que a casa projeta uma Selic de 9% no fim do ciclo.

"Aos olhos de hoje, o BC diz ver uma política ainda contracionista, ou seja, não dá para cortar muito os juros. Talvez ele não consiga colocar a Selic em um patamar neutro ou estimulativo", aponta.

Um ponto destacado por Chicoli é o fato de o Copom ter tentado controlar a curva ao guiar o mercado para suas expectativas de manutenção do ritmo. "O BC teve cuidado ao colocar uma barra alta para uma aceleração nos cortes. Mas, apesar disso, acredito que exista uma chance significativa de o BC acelerar o ritmo ainda neste ano." No momento, a Citrino mantém a expectativa de cortes de 0,5 ponto na Selic até o fim do ano, "mas, no nosso cenário, temos um **PIB** levemente negativo no segundo semestre e, em tese, isso satisfaria uma das condições para acelerar o ritmo", aponta Chicoli.

A economista-chefe para Brasil da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro, por outro lado, aponta que o BC foi bem sucedido em transmitir a mensagem de que o ritmo deve se manter em 0,5 ponto nos cortes nos próximos meses. Mesmo assim, para ela, o processo de flexibilização pode ser acelerado já no início do ano que vem.

"Acho que a aceleração deve ocorrer, mas pode demorar um pouco mais. Estou esperando 11,75% para a Selic neste ano, mas acredito que a taxa deve alcançar 8% no segundo semestre de 2024", afirma a economista, que condiciona suas projeções à melhora do ambiente para as contas públicas.

Pinheiro avalia que há riscos de que as projeções de **inflação** de longo prazo permaneçam no patamar atual por mais tempo, já que os níveis de incerteza para a trajetória das contas públicas ainda são elevados e, por isso, a aceleração do ritmo de cortes pode demorar um pouco mais a chegar.

"A maior probabilidade é que a gente veja uma certa resistência das expectativas de longo prazo e isso tem a ver com a incerteza fiscal.

A aceleração dos cortes de juros só seria recomendada se houvesse um cenário certo de **inflação** bem comportada. Mas, como não temos nem mesmo a discussão do Orçamento de 2024 acontecendo, não parece existir um cenário de confiança para a trajetória da **inflação** de 2024",

aponta Pinheiro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187626>